

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS- TEORIA LITERÁRIA - PPG/CPG/UEMA

LARISSA DE JESUS HOLANDA ROCHA

**A MEMÓRIA NA OBRA “É NOSSO O SOLO SAGRADO DA TERRA”, DE
ALDA ESPÍRITO SANTO**

SÃO LUÍS

2024

LARISSA DE JESUS HOLANDA ROCHA

**A MEMÓRIA NA OBRA *É NOSSO O SOLO SAGRADO DA TERRA*, DE
ALDA ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e PósGraduação – PPG da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado Acadêmico em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Cultura (LMC).

Orientador (a): Profa. Dra. Solange Santana Guimarães Morais

SÃO LUÍS – MA
2024

Rocha, Larissa de Jesus Holanda.

A Memória na obra “É Nosso Solo Sagrado da Terra”, de Alda Espírito Santo. / Larissa de Jesus Holanda Rocha. – São Luís(MA), 2024.

84p.

Dissertação (Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras – Mestrado em Letras)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2024.

Orientadora: Profa. Dra.Solange Santana Guimarães Moraes.

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

LARISSA DE JESUS HOLANDA ROCHA

**A MEMÓRIA NA OBRA *É NOSSO O SOLO SAGRADO DA TERRA*, DE
ALDA ESPÍRITO SANTO**

Versão final da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como parte dos requisitos exigidos à obtenção do Título de Mestre em Letras (Área de concentração: Teoria Literária).

Aprovada em: 29/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Solange Santana Guimarães Moraes (Orientadora)

Doutora em Ciência da Literatura
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof.^a Dra. Algemira de Macêdo Mendes

Doutora em Letras
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho

Doutor em Letras
Universidade Estadual do Piauí UESPI

Dedico este trabalho à minha mãe, por todo apoio e carinho ao longo de minha vida.

“A literatura não permite caminhar, mas permite respirar”. (Roland Barthes)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ser meu guia durante todos esses anos de minha vida.

Agradeço a minha mãe por tudo, sempre acreditando em mim, estando presente nos momentos difíceis e sempre apoiando em minhas decisões.

Aos meus irmãos, Lorena e Lucas, apesar de algumas desavenças, percebemos que unidos podemos vencer qualquer tipo de desafio, sempre apoiando uns aos outros.

A Leonor e Cleber, meus avós, por nos acolher em sua casa quando pensamos que não tínhamos mais nada.

A minha amiga, Millena Portela, pela amizade, pelo incentivo e aos meus colegas do mestrado por todas as conversas filosóficas.

Aos professores da banca de qualificação, Profa. Dra. Algemira de Macêdo Mendese e Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio, por todas as considerações feitas que foram importantes para conclusão deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores que participaram da minha jornada acadêmica, principalmente a primeira professora que eu conheci na UEMA campus Caxias, que se tornou minha inspiração de carreira e orientadora deste trabalho Prof. Dr. Solange Santana Guimarães Moraes, por toda paciência e apoio durante esses sete anos.

Por fim, à FAPEMA pelo auxílio financeiro.

RESUMO

Alda Espírito Santo, em sua obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), através de poemas, faz a releitura das lutas, desafios e aspirações da população santomense, ressaltando suas experiências e dificuldades. Sua escrita tornou-se eficaz para transmitir as vozes silenciadas e para promover a conscientização sobre as questões de desigualdade e opressão colonial. Nesse sentido, seus poemas apresentam a voz dos marginalizados, enfatizando a importância da igualdade, dignidade e justiça para todos, independentemente de seu gênero ou idade. Desse modo, este trabalho se baseia na perspectiva memorialística para analisar os poemas que se enquadram nessa linha de pesquisa, uma vez que a autora relembra acontecimentos do passado como forma de incentivar o espírito libertário diante da opressão colonial. Diante dessa situação, a atenção desta pesquisa está centrada nos estudos teóricos sobre a poesia, memória e a base de formação da literatura santomense. O estudo é qualitativo, bibliográfico, crítico literário, baseado na visão teórica de Bosi (1977), Candau (2005; 2011), Cortez e Rodrigues (2005), Crippa e Laranjeira (2018), Eliot (1991), Fanon (1968), Fraga (2006), Halbwachs (2006), Mata e Padilha (2006), Margarido (1994), Negueiros (1895), Paz (1982), Pollak (1989), Schlegel, Seibert (2015) e outros. A obra *É nosso o solo sagrado da terra*, evidencia como a literatura proporciona reflexões sobre o lugar que as minorias ocupam na sociedade e como a memória coletiva é fundamental para a sua organização.

Palavras-chave: Alda Espírito Santo. Literatura Africana. Poesia. Memória.

ABSTRACT

Alda Espírito Santos, in her work *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), presents through poems a reinterpretation of the struggles, challenges and aspirations of the São Tomé population, highlighting their experiences and difficulties. Her writing became effective in conveying silenced voices and in promoting awareness about the issues of inequality and colonial oppression. In this regard, her poems give voice to the marginalized, emphasizing the importance of equality, dignity, and justice for everyone, regardless of their gender or age. Therefore, this work uses a memorialist perspective to analyze the poems that fit into this line of research, since the author recalls events from the past as a way of encouraging the libertarian spirit in the face of colonial oppression. Given this situation, the attention of this research is focused on theoretical studies on poetry, memory and the basis for the formation of Santomean literature. The study is qualitative, bibliographic, literary critical, based on the theoretical vision of Bosi (1977), Candau (2005; 2011), Cortez and Rodrigues (2005), Crippa e Laranjeira (2018), Eliot (1991), Fanon (1968), Fraga (2006), Halbwachs (2006), Mata e Padilha (2006), Margarido (1994), Negueiros (1895), Paz (1982), Pollak (1989), Schlegel, Seibert (2015), among others. The work *É nosso o solo sagrado da terra* highlights how literature provides reflections on the place that minorities occupy in society and how collective memory is fundamental to its organization.

Keywords: Alda Espírito Santo. African Literature. Poetry. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Senzala da Roça Guengué.....	38
Imagem 2: Alda da Graça do Espírito Santo.....	45
Imagem 3: Foto da escritura original de Independência Total.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POESIA E MEMÓRIA	16
1.1 Concepções teóricas acerca da Poesia	16
1.2 Memória Coletiva e o dever de não esquecer.....	25
2 SOBRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	33
2.1 Literatura Africana: o caso santomense	40
2.2 Alda da Graça do Espírito Santo: Símbolo de Luta.....	45
3 O ELEMENTO MEMORIALÍSTICO EM <i>É NOSSO O SOLO SAGRADO DA TERRA</i>.....	58
3.1 Versos da Resistência: A Estética Poética de Alda Espírito Santo.....	58
3.2 <i>É Nosso o Solo Sagrado da Terra como Lugar de Memória</i>	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

A escrita é uma das conquistas mais importantes da humanidade, possui um papel fundamental no desenvolvimento e no progresso das sociedades e, sobretudo, é ótimo recurso para a conscientização sobre questões como desigualdade, injustiça e discriminação. A escrita tem o potencial de ser uma forma eficaz de mobilização política e ativismo, permitindo que as pessoas exerçam o seu direito fundamental à liberdade de expressão em diversas sociedades democráticas. Ela contribui para manter um ambiente de diálogo aberto e saudável, no qual as vozes das minorias são ouvidas e as problemáticas sociais são discutidas.

A escrita literária é uma área de conhecimento complexa e abrange uma grande variedade de temas que são comuns a todos, tais como a vida social, a história nacional, os costumes, as memórias individuais e as questões identitárias. A leitura de textos literários nos permite explorar e compreender de forma mais aprofundada as diversas facetas que constituem uma sociedade.

Assim como na literatura, a memória, em seu sentido amplo, estabelece uma ligação profunda e complexa entre o ser humano e o mundo que o cerca. Ela funciona como elemento fundamental para a organização do passado de uma comunidade, resgatando não apenas recordações, mas relembando traumas e conquistas importantes. Através da memória, uma sociedade consegue reorganizar experiências passadas, reavivar suas narrativas e, assim, redefinir sua identidade e valores presentes, tudo isso, com o intuito de construir um futuro mais promissor e consciente. Cada indivíduo, como parte integrante de uma nação, contribui para a construção dessa memória coletiva, levando consigo suas próprias memórias, que estão entrelaçadas com os eventos históricos, aos traumas e aos sentimentos em relação ao lugar e ao tempo em que estão inseridos.

É nosso o solo sagrado da terra (1978), de Alda Espírito Santo, é um exemplo notável de como a escrita pode ser usada como um instrumento político e memorialístico. Ao lermos a obra, nos deparamos com diversos sujeitos poéticos que rejeitam o colonialismo e se conectam com aqueles que tiveram seus direitos violados, incluindo mulheres, crianças e homens. Em seus textos poéticos, Alda Santo descreve as belezas naturais das ilhas, que contrasta de forma significativa com o derramamento de sangue inocente. Em seus versos, é possível perceber uma busca incessante por uma identidade para sua comunidade, uma busca por um sentimento

de pertencimento e justiça. A memória é um elemento crucial na obra de Espírito Santo.

De acordo com Silvana Maria Pantoja dos Santos em sua tese *Literatura e Memória entre os Labirintos da Cidade: representações na poética de Ferreira Gullar e H. Dobal* (2013), a memória escrita é formada a partir da interação do escritor com o seu contexto social, incorporando elementos políticos, históricos e culturais. Alda desenvolve essa memória através de suas leituras do mundo, abordando informações, lembranças, carências e desejos que permeiam na população santomense. Ecléa Bosi (1987) argumenta que recordar não é simplesmente reviver o passado, mas sim refazer, reconstruir e repensar, com as imagens e ideias do presente, as experiências vividas no passado. As memórias contidas na obra de Espírito Santo dão voz ao silêncio de um passado repleto de eventos traumáticos, todos eles interligados por um desejo comum compartilhado por toda a população: a utopia da liberdade.

A importância da memória na escrita de Espírito Santo é evidenciada também pelas palavras de Pollak em *Memória, Esquecimento e Silêncio* (1989), quando o autor destaca como os eventos passados podem se enraizar na memória, especialmente, quando são vividos por um grupo ou coletividade com o qual as pessoas se identificam. Em São Tomé e Príncipe, após cinco séculos a serviço a Portugal, a população se uniu e mobilizou forças para pôr fim ao regime colonial.

A escolha da obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978) como objeto de estudo se justifica pelo fato que a literatura expressou o silêncio de um passado amargo e duradouro, marcado por uma sangrenta epopeia de cinco séculos de estagnação e uma população refém da potência colonial portuguesa. Essa obra desempenhou um papel significativo “na missão histórica que determinou o processo de desenvolvimento revolucionário das forças produtivas, culminando com o triunfo a conquista da independência nacional” (Santo, 1978, p. 9).

Alda Espírito, falecida em 2010, era poeta, professora e jornalista, conhecida por Alda Graça, nasceu na cidade de São Tomé, capital do Arquipélago de São Tomé e Príncipe, neste mesmo solo ocupando vários cargos sucessivos no governo, entre os quais os de Ministra da Educação e Cultura, Ministra da Informação e Cultura, Presidente da Assembleia Nacional e Secretária Geral da União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe, compondo em 1975 a letra do Hino Nacional de São Tomé e Príncipe, intitulado “Independência Total”. Foi grande

representante no levante contra o regime colonial, liderando homens e mulheres santomenses na luta pela libertação imperialista. Como poetisa, publicou em diversas antologias, e é autora, dentre outras, da obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978, 2010).

Após uma análise minuciosa da obra, surgiu a seguinte problemática: por que a memória desempenha um papel fundamental na obra *É nosso o solo sagrado da terra*? Esses poemas mostram vários sujeitos poéticos comovidos com a situação da população santomense, cantando as marcas históricas silenciadas e os sofrimentos causados pelos anos de dependência do sistema colonial português.

No âmbito deste estudo, é importante destacar que *É nosso o solo sagrado da terra* (1978) representa uma importante manifestação literária que mergulha na memória coletiva de São Tomé e Príncipe. Esta obra literária, escrita por Alda Espírito Santo, desvenda a complexa relação entre memória e poesia, revelando como a memória desempenha um papel fundamental na escrita poética presente na obra.

São diversos os elementos que contribuem para a centralidade da memória nesse contexto. Primeiramente, a memória é utilizada para dar voz aos eventos históricos e às experiências vividas pela população santomense durante os anos de colonização portuguesa. Ao revisitar as "marcas históricas silenciadas", a obra permite que as gerações atuais e futuras compreendam a história e os sofrimentos que permearam esse período crucial da história do país.

Além disso, a utilização da memória nas poesias pertencentes a obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978) é um veículo de denúncia ao colonialismo. Mediante uma poética profundamente enraizada na preocupação social e nas realidades do cotidiano insular, a obra transcende o mero entretenimento literário. Ela se torna uma voz de resistência, lembrando os impactos do sistema colonial e os desafios enfrentados pela população de São Tomé e Príncipe.

Partindo dessa perspectiva, tivemos como objetivo principal deste estudo realizar uma análise aprofundada da obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978) escrita por Alda Espírito Santo, sob a perspectiva memorialística. Investigamos como essa obra contribui para a afirmação de uma literatura que rompe com os padrões políticos, sociais e culturais preestabelecidos pelo sistema colonial português. Através dessa análise, compreenderemos como a memória desempenha um papel crucial na desconstrução das normas impostas pela colonização e na construção de uma narrativa literária que expressa a identidade e a autonomia cultural.

Além do objetivo geral destacado, definimos três específicos que nortearam a pesquisa: discutir os pressupostos teóricos em relação ao estudo da memória e a escrita poética; explicar o percurso e a importância da literatura santomense para a construção e afirmação de uma identidade nacional; analisar os poemas presentes na obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), de Alda Espírito Santo, na perspectiva memorialística. Estes objetivos orientaram a pesquisa e análise em busca de uma compreensão mais profunda do papel da literatura de São Tomé e Príncipe na construção da identidade nacional e na quebra dos padrões coloniais impostos por Portugal. Em relação aos capítulos, este trabalho está dividido na seguinte estrutura.

No primeiro capítulo, intitulado *Poesia e Memória*, investigamos alguns pressupostos teóricos em relação à poesia, apresentando diversas perspectivas de diferentes pesquisadores sobre este gênero literário, em uma tentativa de entender o que é poesia e compreender o seu papel social. No segundo tópico discutimos a importância da memória com o seu dever de não esquecer, pertencente a grupos subalternos que sobrevivem com o passar dos anos mesmo sendo tão distintas das memórias 'oficiais' de um país.

No segundo capítulo, intitulado *Sobre São Tomé e Príncipe*, exploramos a importância da literatura na sociedade e cultura africana. Primeiramente, destacamos a fascinante história de São Tomé e Príncipe, desde a colonização dos portugueses até a luta pela independência. Em seguida, evidenciamos como a literatura africana de expressão portuguesa emergiu em um contexto colonial eurocêntrico, contudo, mais tarde, essa literatura se tornou uma forma de resistência e expressão das realidades africanas e, posteriormente, destacamos a influência profunda de eventos históricos na formação da literatura santomense. E, por fim, dedicamos uma seção para Alda Neves da Graça Espírito Santo, uma poetisa nascida em São Tomé e Príncipe em 1926. Sua poesia é reconhecida e engajada, denunciando com veemência a opressão colonial e incentivando a valorização da cultura e identidade de São Tomé e Príncipe. Ela enfatizou a importância do povo santomense na luta pela independência e no progresso do país.

No terceiro capítulo, intitulado *O elemento memorialístico em É nosso o solo sagrado da terra*, abordamos a importância desta obra como uma manifestação cultural e de experiência coletiva. Nossa ênfase recai sobre como o eu poético, criado por Alda Espírito Santo, é influenciado pelo contexto histórico e social, refletindo, assim, a realidade do povo santomense. Este capítulo destaca a premissa de que a

literatura transcende as meras palavras, enraizando-se na história e memória de uma sociedade. Em primeiro momento, fizemos a análise a estética escolhida pela poeta para escrever os poemas *Vulcão Setenta e Três* e *Herói Nacional*. E, por fim, nos concentramos em analisar os poemas *CELA NON VUGU*, *Lá no Água Grande*, *Avó Mariana*, *Pela Vez Primeira*, *Giovani* e *Compromisso*, pertencentes a obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), sob uma perspectiva memorialística. Nossa investigação desvendou os elementos literários, históricos e culturais presentes nesses textos poéticos e relacioná-los com vários teóricos que debruçaram em pesquisar a memória, assim compreendamos como Alda contribui para a afirmação da literatura santomense e a desconstrução dos padrões coloniais estabelecidos.

Em resumo, esta dissertação desvenda as múltiplas camadas de significados por trás da utilização da memória na obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), ou seja, nossa pesquisa visou esclarecer o significado das expressões poéticas, analisando o impacto da memória coletiva e da narrativa histórica na obra de Alda Espírito Santo. Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente do papel da memória na literatura e na construção da identidade nacional, além de destacar o valor da poesia como veículo para a preservação dessas memórias.

1 POESIA E MEMÓRIA

Neste capítulo compreenderemos a poesia e a memória como elementos importantes na sociedade, para isso delimitamos esta parte em dois tópicos. No primeiro intitulado *Concepções teóricas acerca da Poesia* refletirá, a luz de vários teóricos, qual é a verdadeira função da poesia e sua importância social, visto que, ela pode ser usada como um difusor para a sensibilização das pessoas, transmitir mensagens sublimes e servir como inspiração para ações positivas em uma comunidade.

No segundo tópico, *Memória Coletiva e o dever de não esquecer*, discute a relevância da memória, principalmente aquela que Pollak (1992) denomina de memória subterrânea, ou seja, é aquela que se encontra à parte da memória oficial de uma nação, mas auxilia na construção de uma identidade de um determinado grupo. Assim, esses dois tópicos propostos no primeiro capítulo permitem aprofundar as duas vertentes escolhidas para a análise dos escritos poéticos de Alda Espírito Santo.

1.1 Concepções teóricas acerca da Poesia

A poesia para mim é a forma mais eficaz de alcançar algo inatingível, a essência do real ou, antes, o real em essência. (...) Ela está um degrau acima da filosofia e um degrau abaixo do amor.
Micheline Verunsch

A poesia ocupa um lugar especial na vasta paisagem da expressão humana, onde as palavras ultrapassam a sua função normal e se tornam carregadas de significados profundos e conectadas com os sentimentos. Para interpretar um poema, é necessário extrapolar o sentido literal das palavras, na busca da compreensão do indescritível, ou seja, o que está nas entrelinhas que pode ser compreendido por meio de metáforas, imagens e linguagem evocativa. O fazer poético mergulha nas profundezas da subjetividade humana, procurando a essência do real, o que está além da superficialidade.

A poesia, ao fazer isso, desafia as limitações da linguagem cotidiana, vai além da busca pela compreensão intelectual do mundo e reconhece que algumas verdades não podem ser expressas mediante conceitos filosóficos ou declarações racionais. A

poesia é uma forma de arte que transcende as categorias convencionais e questiona os limites entre a razão e a emoção.

Cortez e Rodrigues (2005), ao reconhecer que a matéria-prima do poeta é essencialmente composta pelos sentimentos, a poesia é a manifestação do estado emocional ou lírico do poeta e não é retratar diretamente a realidade física ou histórica. Em vez disso, a leitura de poesia está mais relacionada à busca de um estado emocional específico, intimamente entrelaçado com elementos estéticos e intelectuais, ao invés de focar estritamente na reprodução literal da realidade. Desse modo, ler um poema não se limita à interpretação das palavras, implica explorar o “estado poético” do poeta, em outras palavras, é mergulhar nas profundezas da experiência emocional e criativa do autor, para entender e compartilhar esse estado lírico e emotivo.

Para Cortez e Rodrigues (2005), a poesia é uma forma de arte que vai além da representação literal do mundo. Ela nos convida a explorar a complexidade da experiência humana, centrando-se nos sentimentos e nas emoções do poeta. Ao fazê-lo, a poesia nos oferece uma maneira única de nos conectar com nossa própria humanidade, ao mesmo tempo, em que nos encanta com sua expressão estilística e intelectualmente rica.

Segundo Cortez e Rodrigues (2005),

o interesse maior desse gênero literário: propor ao leitor uma experiência cognitiva mais (digamos) imaterial, pedindo-lhe que se aproprie, até despidoradamente – para aceitar ou para recusar -, do “sentimento”, do “estado psíquico” que ela carrega, ainda que mais ou menos fingidamente. Ler um poema seria também buscar o “estado poético do poeta, a fim de que ele suscite no leitor outro ou similar estado poético” (Cortez e Rodrigues, 2005, p. 57).

Assim, podemos dizer que a poesia, como um gênero literário, ultrapassa as fronteiras da comunicação direta e objetiva, ela se sobressai por sua capacidade singular de nos envolver, convidando-os para apreciar, refletir e se apropriarem das emoções. A poesia pode revelar não apenas o mundo que conhecemos, mas o de criar outros mundos, dessa forma, gerando um novo universo a partir da imaginação do poeta. Ela age como alimento, nutrindo a alma de um grupo de pessoas que buscam sentido da vida, mas a poesia pode se tornar um alimento “amaldiçoado”, desafiando normas, questionando verdades estabelecidas e de agitar a calma do mundo.

De acordo com Octavio Paz (1982),

a poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria outro. Pão dos eleitos; alimento maldito. Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. Súplica ao vazio, diálogo com a ausência, é alimentada pelo tédio, pela angústia e pelo desespero (Paz, 1982, p. 15)

Para Paz (1982), a poesia é um cosmos de infinitas possibilidades, uma celebração da riqueza e complexidade da existência humana, é uma busca eterna por significado e beleza, que continua a enriquecer a alma e o intelecto humano. Paz (1982) deduz que os poetas são como agentes de transformação que não se contentam em descrever o mundo, mas buscam moldá-lo de acordo com suas visões únicas e sensíveis. A poesia, para Paz (1982), é um exercício espiritual profundo, uma viagem pelo interior que permite a manifestação do 'eu' por meio de palavras e imagens retratadas no texto poético.

Segundo Paz (1982), a poesia tem a aptidão de isolar e unir. Pode proporcionar momentos de contemplação solitária, de reflexão profunda e solidão criativa. No entanto, ela conecta corações e mentes através da beleza das palavras e da profundidade de emoções. É um convite à viagem que leva o leitor a explorar terras desconhecidas, mas pode ser um regresso à 'nossa' terra natal, ela pode ser uma recordação das nossas origens e identidade. Assim, a poesia ultrapassa a mera escrita de versos, ela é uma força poderosa que pode transformar indivíduos e sociedades, proporcionando conhecimentos, inspiração e conexão com o âmago da existência humana.

Friedrich Schlegel (1994), um dos principais pensadores do romantismo alemão, acredita que todos os amantes da poesia estão conectados por laços inseparáveis, independentemente das diferenças em suas ideologias e crenças. Mesmo que as pessoas se dediquem a coisas distintas, discordem sobre questões importantes, a poesia pode conectá-las em um nível mais profundo. Dessa forma, Schlegel salienta que a poesia extrapola as barreiras dos opostos que separam as pessoas.

Schlegel explica que "toda musa procura e encontra a outra" (Schlegel, 1994, p. 29), e que todas as formas de poesia fluem juntas para um grande oceano 'universal'. Schlegel enfatiza a relevância da poesia como uma força unificadora na sociedade, capaz de superar as barreiras culturais, religiosas e pessoais. Dessa

forma, ele sugere que, por trás das diferenças superficiais, a busca pela beleza, significado e expressão artística é um ponto em comum que une todos os amantes da poesia em uma única comunidade.

A poesia desempenha um papel social relevante, servindo como forma de entretenimento comunitário e como instrumento para expressar conceitos sociais, morais, políticos ou religiosos. Ainda hoje, a poesia pode ser empregada para levantar questionamentos e refletir sobre a sociedade e as mudanças que ocorrem nela. Existem aqueles que não gostam da poesia, enquanto outros podem apreciá-la apenas por ela refletir suas opiniões, mas a poesia ultrapassa todos os ideais e significados chulos que não entendem sua real beleza. A poesia transcende as flutuações da opinião pública e permanece relevante mesmo quando os assuntos e preocupações do poeta se tornam obsoletos.

T. S. Eliot (1991), em seu livro *De Poesias e Poetas*, destaca que a poesia pode ter um propósito social. Para ele, fundamentada em suas raízes históricas, a poesia

era utilizada primitivamente em rituais religiosos e, quando entoamos um hino, estamos ainda utilizando-a com um determinado propósito social. As primitivas formas do gênero épico e a saga podem ter transmitido aquilo que sustentamos como história antes de se tornar apenas uma diversão comunitária, e antes do uso da linguagem escrita, uma forma de verso regular deve ter sido extremamente proveitosa à memória - e a memória dos primitivos bardos, dos contadores de histórias e dos sábios deve ter sido prodigiosa (Eliot, 1991, p. 26).

No início da escrita, a poesia desempenhou um papel fundamental nos rituais religiosos. Era utilizada para invocar divindades, celebrar festividades sagradas e transmitir mensagens espirituais. A poesia teve a função de estabelecer uma ligação entre os mundos humano e divino, conectando as pessoas às suas crenças mais profundas e fornecendo uma linguagem para a espiritualidade compartilhada.

Outro ponto evidenciado por T. S. Eliot (1991), refere-se ao uso da poesia para preservar a história e a memória. A poesia épica desempenhava um papel vital na transmissão de narrativas históricas, antes mesmo que a história escrita se tornasse predominante. Por meio de versos marcantes e narrativas envolventes, os bardos e/ou contadores de histórias preservavam o conhecimento, as tradições e as conquistas de seu povo para que assim não fossem esquecidos com o passar dos anos, até os dias atuais, temos acesso a grandes épicos pertencentes a cultura greco-romana como a *Ilíada*, de Homero, ou até mesmo algumas pertencentes a literatura brasileira como *Caramuru*, de Santa Rita Durão, que possuem este compromisso de tornar

imortal histórias que poderiam desaparecer com a ação do tempo, e ficar perdido nas inconstâncias da história.

Para Alfredo Bosi, em *O Ser e o tempo na Poesia* (1977), a poesia, em seus primórdios, deriva-se do coletivo, das experiências histórico-sociais, e, devido ao desenvolvimento da sociedade e o aparecimento de sistema ideológico que influencia o texto poético, ou seja, esses escritos, agora, são induzidos por um ponto de vista dominante de uma comunidade, carregada de significados históricos e culturais, muitas vezes, repletos de egoísmos, abstração e individualismo. Em contraponto essa primeira significação 'histórica' de um poema moderno, há também um conflito de sentidos na busca de interpretar esse texto, pois "a consciência histórica é insidiosa e mutável" (Bosi, 1977, p. 123).

Mas, quando pesquisamos sobre poesia, existe uma discussão que nos faz pensar no propósito e em uma função que essa forma de expressão literária deve desempenhar. Como afirma T. S. Eliot (1991),

as pessoas suspeitam às vezes de qualquer poesia com um propósito particular, isto é, a poesia em que o poeta defende conceitos sociais, morais, políticos ou religiosos, assim como outras pessoas julgam amiúde que determinada poesia seja autêntica só porque exprime um ponto de vista que lhes apraz (Eliot, 1991, p. 26).

A poesia, por um lado, é uma forma de arte que transcende o mundo material e, portanto, não deve ser sobrecarregada por propósitos específicos, ou seja, a poesia é um espaço sagrado onde a linguagem se desdobra em sua beleza e permite que os leitores sintam emoções, imagens e experiências de forma livre e sem restrições.

Por outro lado, há aqueles que veem a poesia como uma ferramenta para a defesa social, a crítica política ou a expressão de valores éticos. Eles acreditam que a poesia pode ajudar a entender coisas importantes da sociedade, despertar a consciência e provocar mudanças. Dessa forma, a poesia pode ser uma forma de expressão para aqueles que não possuem voz, uma fortaleza para a mudança social e um meio para expressar as preocupações e esperanças de uma comunidade.

Contudo, a verdadeira essência da poesia está na capacidade de tocar o coração das pessoas, de extrapolar as fronteiras do tempo e do espaço, e transmitir sentimentos profundos universalmente. Dessa forma, se o poeta utiliza sua poesia para defender ou criticar uma atitude social específica não deve ser o único critério para avaliar sua veracidade ou autenticidade, ela, acima de tudo, pode ser entendida como um reflexo das complexidades humanas.

Por fim, T.S. Eliot destaca a importância da poesia como parte integrante da diversidade cultural e como uma contribuição para a identidade de uma sociedade. Segundo Eliot (1991),

podemos reconhecer isso, mas ao mesmo tempo fazer vista grossa para algo que isso faz por nós coletivamente, enquanto sociedade. E falo no mais amplo sentido, pois creio ser importante que cada povo deva ter sua própria poesia, não apenas por causa daqueles que gostam de poesia - tal pessoa poderia sempre aprender outras línguas e apreciar a poesia delas - mas também porque isso estabelece de fato uma diferença para a sociedade como um todo, ou seja, para pessoas que não gostam de poesia (Eliot, 1991, p. 27).

Dessa forma, Eliot (1991) aspira conscientizar que a poesia não pertence para aqueles que a apreciam, mas ela pertence à sociedade, pois ela é um símbolo de preservação cultural, assim, percebemos a importância de preservar e valorizar a poesia em todas as formas, ela é um importante elemento enriquecedor e distintivo de uma sociedade.

Paul Zumthor, em *Introdução a Poesia Oral* (1997), demonstra que as sociedades humanas “ouvem, da multiplicidade de ruídos, emergir sua própria voz como um objeto: É em torno dele que se fecha e solidifica o laço social, enquanto toma forma uma poesia.” (Zumthor, 1997, p.12). Dessa maneira, a capacidade de atribuir significados aos sons permite que um grupo crie uma identidade coletiva através da comunicação. A voz, portanto, não se limita à transmissão de informações, mas é um símbolo de coesão e pertencimento. Ao reconhecermos a voz como um objeto com significado e a poesia como uma expressão dessa voz, podemos compreender de forma mais clara como as sociedades humanas se organizam e interagem.

Para Zumthor (1997),

a voz poética assume a função coesiva e estabilizante sem a qual o grupo social não poderia sobreviver. Paradoxo: graças ao vagar de seus intérpretes - no espaço, no tempo, na consciência de si -, a voz poética está presente em toda a parte, conhecida de cada um, integrada nos discursos comuns, e é para eles referência permanente e segura. Ela lhes confere figuradamente alguma extratemporalidade: através dela, permanecem e se justificam. Oferece-lhes o espelho mágico do qual a imagem não se apaga, mesmo que eles tenham passado. As vozes cotidianas dispersam as palavras no leito do tempo, ali esmigalham o real; a voz poética os reúne num instante único - o da performance -, tão cedo desvanecido que se cala; ao menos, produz-se essa maravilha de uma presença fugidia, mas total. Essa é a função primária da poesia; função de que a escritura, por seu excesso de fixidez, mal dá conta. [...] A memória, por sua vez, é dupla: coletivamente, fonte de saber;

para o indivíduo, aptidão de esgotá-la e enriquecê-la. Dessas duas maneiras, a voz poética é memória (Zumthor, 1997, p.139).

Zumthor (1997) destaca que a função da voz poética é preservar a identidade de uma sociedade, assim, exerce uma influência duradoura sobre os indivíduos e as comunidades às quais pertence. A poesia escrita e oral, possuem as “mesmas estruturas gramaticais, mesmas regras sintáticas, mesmo vocabulário básico” (Zumthor, 1997, p. 143), entretanto, a oralidade se recusa a ser reduzida por análises detalhadas, pois esta dispõe de tendências próprias que podem ser considerados universais. Desta maneira, ela transcende a simples transmissão de palavras e se torna uma manifestação da cultura e histórica de um povo.

Quando uma poesia é transmitida oralmente, ela carrega consigo uma carga emocional e uma conexão direta com o passado. Nesta perspectiva, Zumthor (1997) observa que “na voz a palavra se enuncia como lembrança, memória-em-ato de um contato inicial, na aurora de toda vida e cuja marca permanece em nós um tanto apagada, como a figura de uma promessa” (Zumthor, 1997, p.13). Assim, ela evoca uma memória ancestral que carrega consigo todos os valores e tradições que foram transmitidos ao logo das gerações.

Nesse sentido, Carlos Felipe Moisés, em seu livro *Poesia para quê? A função social da poesia e do poeta* (2019), antes da passagem da poesia oral para a forma escrita, o lugar do poeta na sociedade “era assegurado pelo acordo tácito mediante o qual a coletividade o acolhia e cultuava” (Moisés, 2019, p. 98), ou seja, o enredo poético estava presente na “realidade histórica e mito concedido se acumpliciavam, em constantes sempre renovando vaivém” (Moisés, 2019, p. 98). Apesar de a poesia ser predominantemente transmitida oralmente, a identidade do poeta como membro da sociedade estava claramente marcada pela cultura geral da época, da qual a poesia fazia parte e colaborava. Dessa forma, o poeta não se distinguia do cidadão comum, mas era valorizado como parte essencial da cultura e do social.

Segundo Zumthor (1997),

ninguém sonharia em negar a importância do papel que desempenharam na história as tradições orais. As civilizações arcaicas e muitas culturas das margens ainda hoje se mantêm, graças a elas. E ainda é mais difícil pensá-las em termos não-históricos, e especialmente nos convencer de que nossa própria cultura delas se impregna, não podendo subsistir sem elas. A mesma coisa ocorre com a oralidade da poesia: admite-se a realidade como uma evidência, quer se trate de etnias africanas ou ameríndias; é preciso um

esforço de imaginação para reconhecer entre nós a presença de uma poesia oral bem viva.

As civilizações antigas e outras culturas dependem da tradição oral para manter a identidade e transmitir o conhecimento de geração em geração. Além disso, é difícil pensar nessas tradições apenas em termos históricos, ao estarem profundamente presentes em diversas sociedades contemporâneas e influenciam até mesmo as culturas modernas. A oralidade desempenha um papel fundamental na transmissão de valores, histórias e conhecimento tradicionais nas culturas africanas. Dessa forma, esses povos valorizam as tradições orais como uma forma de manter a conexão com a terra, as crenças espirituais e as práticas culturais únicas.

Para Zumthor (1997),

a poesia oral africana ilustra a fecundidade desta aliança entre uma regra inelutável e uma espontaneidade inesgotável. Assumindo a responsabilidade do verbo, energia universal, ela invoca o ser; não descreve nada, põe em conexão imagens projetadas na tela de um futuro que elas suscitam; não pretende dar prazer (embora seja prazerosa), mas força o presente a adquirir sentido a fim de recuperar o tempo, a fim de que a razão se esgote e ceda lugar a esta fascinação. O esforço da linguagem se esgota neste projeto, no qual se baseia e que satisfaz seu desejo de forma. O encontro, em performance, de uma voz e de uma escuta, exige entre o que se pronuncia e o que se ouve uma coincidência quase perfeita das denotações, das conotações principais, das nuances associativas. A coincidência é fictícia; mas esta ficção constitui o específico da arte poética oral; ela toma possível a troca, dissimulando a incompreensibilidade residual (Zumthor, 1997, p.133).

A poesia oral africana pode ser uma forma de preservar as tradições, de transmitir o conhecimento e celebrar as riquezas da experiência humana. A cultura africana está intimamente ligada ao comportamento diário, às práticas sociais e à forma como as pessoas interagem com o mundo. Sem a escrita, a oralidade é a principal forma de comunicação e transmissão de conhecimento. O homem e a palavra estão ligados, de modo que sua integridade e respeito são expressos nas palavras que profere, e a harmonia social depende do valor atribuído à palavra.

Contudo, à medida que a escrita se torna mais difundida, ela substitui gradualmente a palavra falada como a principal forma de registro e prova. Os textos escritos se tornam os principais meios de credibilidade, enquanto o vínculo sagrado e profundo entre o homem e a palavra oral vai desaparecendo aos poucos. Essa mudança não é apenas uma alteração nos meios de comunicação e registro, mas uma mudança na natureza das relações humanas, na forma como a sociedade atribui

valor à palavra e ao compromisso. A transição da oralidade para a escrita representa uma significativa alteração na cultura e nas práticas sociais.

De acordo com Zumthor (1997),

já há muito tempo, com efeito, em nossas sociedades a paixão da palavra viva se extinguiu, progressivamente expulsa de sua "personalidade de base", matriz de nossos traços de caráter individual: esta história foi muitas vezes contada. Em razão de um antigo preconceito em nossos espíritos e que performa nossos gostos, todo produto das artes da linguagem se identificam com uma escrita, donde a dificuldade que encontramos em reconhecer a validade do que não o é. Nós, de algum modo, refinamos tanto as técnicas dessas artes que nossa sensibilidade estética recusa espontaneamente a aparente imediatez do aparelho vocal. As especulações críticas dos anos sessenta e setenta sobre a natureza e funcionamento do "texto" deixaram de contribuir para clarear por este lado o horizonte e ainda o embrumaram mais recuperando, travestida ao nosso hábito mental, a antiga tendência de sacralizar a letra (Zumthor, 1997, p.11).

Zumthor (1997) aponta que a ascensão da escrita como forma predominante de comunicação e expressão cultural levou à redução do valor atribuído à palavra falada. A sofisticação das técnicas literárias pode ter influenciado para uma sensibilidade estética que atribui maior valor à complexidade e à profundidade presentes na escrita do que na palavra falada, que, muitas vezes, é percebida como mais imediata e menos sofisticada.

De acordo com Moisés (2019), a transição da linguagem oral para a escrita causa uma série de mudanças e rupturas. Apesar da poesia não sofrer alterações, sendo independente da oralidade, o poeta perde a confirmação externa, regular e unânime de que seu lugar na sociedade estava assegurado. A relação estabelecida entre o poeta e a sociedade parece se estender de alguma forma, uma vez que as tradições, os costumes e os valores sociais parecem permanecer inalterados, apesar de a poesia ter deixado de ser transmitida oralmente. No entanto, essa presença da poesia torna-se mais sutil, sendo considerada mais como um pressuposto ou suposição subjacente do que uma realidade concreta. A "verdade" da poesia está sujeita à interpretação individual de cada leitor, dificultando a sua análise e contextualização histórica.

Segundo Moisés (2019),

a própria poesia, enquanto forma enquanto matéria, vai aos poucos perdendo seus vínculos com o mundo como modo ser coletivo, passando a ser encaminhar no rumo das inquietações pessoais do poeta, cuja voz, tendo deixado de ecoar fora, passa a aguardar no silêncio da página impressa que a intervenção do leitor lhe atualize as potencialidades, tornando-a voz de todos. Não sendo mais convocado para celebrações comuns, que no entanto

prosseguem, o poeta passa a enfrentar o dilema virtualmente insolúvel do ser Divino entre personalidade civil e personalidade literária. Caso continue a participar dessas celebrações, não mais o fará como poeta, mas como cidadão (Moises, 2019, p.99).

Essa mudança significa uma profunda alteração na função e na percepção da poesia na sociedade, que deixa de ser uma expressão coletiva para se tornar uma reflexão mais íntima das experiências e inquietações individuais do poeta, enquanto sua presença pública como poeta está cada vez menor ou ausente. Apesar do advento da escrita, a oralidade ainda é uma ferramenta para preservar tradições e fortalecer os laços sociais.

Contudo, a transição da oralidade para a escrita trouxe mudanças significativas na percepção e valorização da poesia. A escrita tornou-se a forma predominante de comunicação e registro, enquanto a palavra falada perdeu parte de seu status e importância na sociedade. Ainda assim, a essência da poesia permanece intacta, oferecendo uma voz singular para explorar as perspectivas da condição humana.

Dessa forma, é possível concluir que, apesar das mudanças e das evoluções ao longo do tempo, a poesia permanece sendo uma força vital e inspiradora, capaz de nos conectar com a nossa humanidade comum e nos transportar para novos horizontes de compreensão e beleza. Sua influência transcende as fronteiras culturais e temporais, proporcionando refúgio para a alma e uma fonte infinita de inspiração e reflexão.

1.2 Memória Coletiva e o dever de não esquecer

A memória é indispensável para o ser humano, ela “é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (Bosi, 1987, p.15). Ecléa Bosi (1987) enfatiza que a memória permanece nas pessoas, mesmo que o tempo tenha passado, as vivências não desaparecem completamente, ou seja, é a maneira de como o passado continua a existir em nossas mentes. De acordo com Joël Candau (2005), a memória pode se manifestar de diversas maneiras, como: devoções aos patrimônios, celebrações, a procura múltiplas de suas origens ou das raízes, revivescência ou criação de tradições, a busca a história de um povo, dentre outras. Para Candau (2005), sem a memória

o sujeito furta-se, vive unicamente no instante, perde as suas capacidades conceituais e cognitivas. O seu mundo voa em estilhaços e a sua identidade desvanece-se. Ele não produz mais que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a recordação da sua gênese que é a condição necessária à consciência e ao conhecimento de si (Candau, 2005, p. 10).

Sem a memória, o indivíduo se encontra perdido, aprisionado no eterno presente, desligado do passado e incapaz de traçar planos para o futuro. As vivências deixam de ser uma narrativa contínua, transformando-se em vários fragmentos desconexos. O passado não seria um guia, e não teríamos o futuro. A memória permite escapar do momentâneo, possibilitando transcender o presente e conectar passado e futuro. Ainda neste mesmo pensamento, Candau (2005) comenta que

sem memória, não há mais contratos, alianças ou convenções possíveis, nem mais fidelidade, promessas (quem se lembraria delas?), nem mais laços sociais e, conseqüentemente, já não há mais sociedade, identidade individual ou coletiva, nem conhecimento, tudo e confundido e fica condenado a desaparecer, «por não se conseguir ouvir» (Candau, 2005, p.10).

A memória é um elemento crucial na construção da identidade, seja ela individual ou coletiva, pois nos permite recordar quem somos, de onde viemos e como chegamos até aqui. Sem ela, a própria noção de identidade se desfaz, e a sociedade perde sua coesão, visto que, se não existir histórias, não haverá conexão entre as pessoas.

Quando se fala em construção de conhecimento, a memória é um alicerce para a recordação de fatos transmitidos de geração em geração e sem eles a humanidade está fadada a repetição, sem progresso, sem a recordação dos erros passados, a vida humana não passaria de um eterno looping. Assim, é através da memória que construímos um futuro baseado no nosso passado, com o conhecimento adquirido ao longo dos anos e, principalmente, na formação da identidade que fortalece os laços sociais. Bosi conclui que “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir e repensar com imagens de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1987, p.55).

Concatenando com a ideia de Candau, Bosi (1987), destaca que

a substância social da memória — a matéria lembrada, — nos mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar (Bosi, 1987, p.30)

A memória, em si, não é apenas um fenômeno pessoal, ela é moldada e influenciada pelo grupo ao qual pertencemos. As lembranças são transmitidas, retidas e reforçadas através da interação com outros membros da sociedade. No entanto, apesar das memórias serem constituídas socialmente, elas são gravadas nas lembranças individuais, o indivíduo as incorpora e as molda conforme a sua perspectiva, as transformando em experiências pessoais e, assim, gerando a sua narrativa pessoal. Ademais, a maneira como recordamos não se limita apenas a relembrar fatos, mas a atribuir significado a eles.

Ao recordar, cada indivíduo atribui significados às memórias com base em sua perspectiva pessoal e como essas memórias se encaixam em sua identidade e compreensão de mundo. Assim, Bosi (2005) salienta a complexidade da memória, como uma substância social, ou seja, a sociedade determina o período de uma memória, e recordar é uma atividade individual que contribui para a formação da memória coletiva.

Maurice Halbwachs (2006), trouxe uma revolução no entendimento da memória humana, com a publicação de seu livro *Memória Coletiva* (2006), essa teoria tornou-se uma das bases fundamentais para pesquisas sobre memória, Halbwachs (2006) argumenta que a memória individual não existe isoladamente, mas é influenciada pelo meio e pelos grupos sociais.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 2006, p. 25).

Conforme o enunciado, Halbwachs (2006) sugere que as estruturas sociais e culturais que influenciam a forma de como recordamos as eventualidades passadas, em outras palavras, nossas recordações não são meramente cópias exatas do passado, mas construções sociais e coletivas. Essa compreensão e interpretação dos eventos passados estão fortemente influenciadas pelas normas, valores e narrativas da sociedade nos quais os indivíduos estão inseridos. As memórias compartilhadas em um grupo social são moldadas e influenciadas pelo contexto social em que vivemos. Diante disso, Halbwachs (2006) evidencia que

não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e

continuem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2006, p. 39).

Por meio da memória, nos identificamos como indivíduos e como membros de grupos sociais, e pertencentes a uma comunidade, mas memória “pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade, tal como mostram os trabalhos sobre a lembrança de traumas e tragédias” (Candau, 2005 p.18). As lembranças traumáticas podem causar sofrimento psicológico e emocional, abalando a imagem que temos de nós mesmo e do mundo ao nosso redor. Segundo Régine Robin (1939),

o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é rígido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativas, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (Robin, 1939, p. 31).

Robin enfatiza que as sociedades não permitem que o passado simplesmente desapareça, mas o controlam de várias maneiras. O passado é moldado e admirado pela sociedade de acordo com seus interesses e perspectivas, mas, apesar desse ocultamento, ele ainda influenciará como as pessoas vivem se relacionando no presente, já que elas interpretarão as vivências de seus antepassados e usá-las como justificativa para entrarem em conflito, assim, o passado pode ser uma tensão e confronto em determinados grupos sociais.

Para Pollak (1989) em seu estudo da *Memória, Esquecimento, Silêncio*, comenta que “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 9). Ainda conforme Pollak (1989),

o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos. Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 8)

As memórias têm um poder duradouro e significativo na identidade de grupos, elas são transmitidas de maneira informal, normalmente em contextos familiares, assim, permanecendo fora do conhecimento da memória nacional, vista como narrativa “legítima” e dominante em um país. Pollak (1992) intitula esses acontecimentos de “vividos por tabela”, ou seja, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (Pollak, 1992, p. 201). Isso demonstra um aspecto importante de como a memória funciona no nível coletivo e como a identidade de um grupo pode ser moldada por acontecimentos históricos e traumáticos.

A memória pode estabelecer uma ligação emocional com eventos que ocorreram antes de seu nascimento ou fora de sua experiência direta. Além disso, a ideia de “memória herdada” enfatiza como fatos regionais ou coletivos traumáticos podem ser transmitidos ao longo de várias gerações. Isso é comum em contextos nos quais um evento traumático específico, como uma guerra, uma tragédia natural ou uma opressão, teve um impacto profundo na identidade de um grupo ou comunidade. Conforme Pollak (1992),

a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollak, 1992, p. 203)

A memória não é estática, ela está sujeita as influências do meio coletivo ao longo dos anos. Aquilo que uma sociedade, ou uma pessoa, valoriza é lembrado e pode ser moldado em diferentes fatos, seja pelo contexto atual ou por interesses políticos. A memória individual é formada pela escolha de memorizar, excluir ou relembrar, e esse processo de organização da memória pode ser resultado de escolhas conscientes ou de influências subconscientes. Ela nos ajuda a entender como as pessoas constroem narrativas pessoais e coletivas, moldam suas identidades e interpretam o mundo ao seu redor com base em suas experiências

passadas, mas a construção da memória nacional é um processo complexo e estão entrelaçados com as disputas políticas e pelo simples fato de poderem escolher qual narrativa fará parte da história de um país, para fortalecer a identidade de uma nação e promover certos valores.

A “memória subterrânea”, defendida por Pollak (1992), procura reconhecer e lidar com os traumas históricos e coletivos. Reprimir essas memórias pode dificultar a cura e a reconciliação em sociedades que enfrentaram eventos traumáticos significativos. Ao permitir a expressão e a compreensão dessas memórias reprimidas, as comunidades podem começar a enfrentar seu passado traumático e procurar maneiras de lidar com as consequências experiências. Nas palavras de Candau (2005),

se a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que levam aos indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais, como as de Proust na *Busca do tempo perdido*, que dependem da representação que ele faz de sua própria identidade, construída “no interior de uma lembrança” (Candau, 2005, p. 19).

Para Candau (2005), as experiências vividas, os relacionamentos, as conquistas e os desafios que recordamos moldam a nossa perspectiva e nossa compreensão do nosso lugar no mundo. Portanto, a memória é, de fato, “geradora” de identidade, ao participar ativamente de sua construção. Por outro lado, a identidade também molda as predisposições de um indivíduo em relação às suas memórias e escolhas memoriais. A identidade da pessoa é formada por uma combinação complexa de fatores culturais, sociais, pessoais e históricos. Essa identidade influencia as lembranças que escolhemos valorizar e as narrativas que construímos em torno delas.

Beatriz Sarlo, em seu livro *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), enfatiza a estreita relação entre a narração e a experiência, salientando que a narrativa incorpora o sujeito à cena do passado. “A linguagem liberta o aspecto mudo da experiência redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*” (Sarlo, 2007, p. 24). A narrativa apresenta em uma temporalidade que não se limita ao seu acontecimento, mas a lembrança, e, cada repetição, mantém-se atualizada e relevante. Para Sarlo (2007),

a memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política. Além da aceitação dessas características, é bem difícil estabelecer uma perspectiva que se opõe a examinar de modo crítico a narração das

vítimas. Se o núcleo de sua verdade deve ser inquestionável também seu discurso deveria ser protegido de ceticismo e da crítica a confiança nos testemunhos da vítima é necessária para instalação de regimes democráticos e o enraizamento de princípios de reparação e justiça. Pois bem, esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável. Sobretudo porque, em paralelo e construindo sentidos como os testemunhos sobre os crimes das ditaduras, emergem outros fios de narração que não estão protegidas pela mesma intangibilidade nem pelo direito que sofreram (Sarlo, 2007, p.47).

Nesta perspectiva, Sarlo (2007) enfatiza a relevância dos discursos memorialísticos como um bem social e um dever em contextos em que há uma necessidade de preservar e reconstruir narrativas históricas. No entanto, Sarlo salienta que a importância de analisar de forma crítica a narrativa das vítimas, mesmo que a verdade seja considerada inquestionável. Em concomitância as afirmações da teórica Beatriz Sarlo, Jean-Philippe Pierron, afirma que,

O testemunho, todavia, é suspeito. Simplesmente porque o contratestemunho e o falso testemunho assombram dos bastidores do testemunho, assinalado de antemão sua extrema fragilidade ou mesmo sua fraqueza. Não só o testemunho carece de provas como ainda testemunha pode se enganar sem que sequer queira enganar. De fato, há uma tentativa para testemunha de embelezar a realidade ou pelo menos apresentá-la sobre uma luz favorável, na apologia, na hagiografia ou no projeto de uma defesa e ilustração (Pierron, 2010, p. 13).

A releitura do passado não é uma opção, mas uma condição para o discurso. Os relatos testemunhais não se desvinculam da memória e nem das perspectivas da atualidade. A narração testemunhal é, muitas vezes, uma ligação inevitável entre o passado e a subjetividade que a memória representa no presente. Sarlo (2007) ressalta que, apesar de ser importante confiar nos testemunhos das vítimas para estabelecer regimes democráticos e princípios de reparação e justiça, esses relatos não devem ser isentos de ceticismo e crítica.

Sarlo enfatiza que os depoimentos testemunhais são, em última instância, discursos, e não devem ser encarados como algo intocável ou inquestionável. Contudo, Pierron (2010) enfatiza a importância da testemunha como uma fonte de evidências que podem auxiliar na compreensão dos eventos históricos, mas reconhece que a perspectiva e a interpretação da testemunha podem influenciar sua capacidade de representar a verdade fielmente.

Beatriz Sarlo (2007) acrescenta a relação entre o presente e o passado para o surgimento de um

testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que o sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado pessoas ideias atuais indicam que devem ser enfatizada em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com uma experiência etc. etc (Sarlo, 2007, p. 59).

Para as narrativas testemunhais, o presente é essencial, por ser a condição necessária para a rememoração. O presente e o passado são elementos fundamentais na estrutura temporal de um testemunho, visto que, o presente é onde o relato é transmitido, enquanto o passado é o que se visa recapturar e compreender. Assim, Sarlo (2007) argumenta que as narrativas testemunhais estão em situação confortável no presente, pois a atualidade política, social, cultural e biográfica permite sua disseminação e, em muitos casos, sua emergência para reparação de injustiças. Seu caráter anacrônico é influenciado por diversos fatores, como a memória, a intenção do sujeito, os recursos culturais, a influência do contexto atual e a necessidade.

A memória é importante na construção da identidade individual e coletiva, assim como é fundamental para a compreensão dos eventos passados. O testemunho aliado com a memória molda perspectivas do presente e, assim, influencia o futuro. Ela é motivada pelas estruturas sociais e culturais, pelas experiências compartilhadas em grupos e pelo modo como cada indivíduo interpreta e atribui significado aos eventos passados. A memória, portanto, não é apenas um registro do que ocorreu, mas uma construção dinâmica que reflete a nossa compreensão em constante evolução do mundo.

2 SOBRE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Trinta e Um de Julho «Dia da Mulher Africana

Ao longo dos anos da escravidão
 Na história das plantações
 Das sevícias dos donos da terra
 Mãe preta curvada ao jugo do senhor
 Nas galeras sulcando os continentes
 Pilando milho num silêncio de séculos.
 Mãe negra arrastando os grilhões
 Dum servilismo atávico
 Na história dos homens

Mãe negra eterna
 Dos teus filhos morrendo
 Morrendo todos os dias
 Para erguer os padrões de civilização milenares
 (Santo, 1978, p.89)

Ao longo dos séculos, São Tomé e Príncipe testemunhou conflitos coloniais, revoltas de escravos e, finalmente, a luta pela independência. São Tomé e Príncipe, um país localizado na África Central, formada por duas ilhas e está situado próximo à linha do equador. Com uma estimativa de população de 204 mil habitantes em 2018, a nação ocupa uma área de aproximadamente 1001 km².

Sua história inicia-se em 21 de dezembro de 1470, quando João Santarém desembarcou em uma das ilhas e, em homenagem ao santo, a ilha recebeu o nome de São Tomé. Apenas 27 dias depois, em 17 de janeiro, Pêro Escobar chegou à ilha vizinha, que posteriormente foi denominada Ilha do Príncipe em homenagem ao irmão mais novo do rei D. Afonso V, o príncipe D. Fernando. Entretanto, de acordo com Inocência Mata, essa ilha foi primeiramente chamada de Santo Antão, mas alterou-se de nome em virtude de que os impostos do açúcar produzidos na ilha eram destinados ao príncipe D. João, filho primogênito do rei D. Afonso V.

Os planos de colonização para as ilhas desenvolveram em 1493, quando o príncipe concedeu a posse das terras a Álvaro de Caminha. Inicialmente, São Tomé e Príncipe foi povoado por pessoas indesejadas que viviam em Portugal, incluindo criminosos, judeus e até duas mil crianças judias separadas de seus pais e batizadas na igreja católica contra sua vontade. Além disso, mulheres negras de diversas regiões da África foram escravizadas e trazidas para as ilhas com a função de servir os portugueses e de procriar, como podemos observar no seguinte trecho retirado do livro *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, de Almada Negreiros (1895),

Só alguns anos depois da sua descoberta, alguns colonizadores portugueses, por ordem do governo, se vieram aqui estabelecer; e os primeiros habitantes pretos da ilha, introduzidos por João de Paiva e outros fidalgos da casa real, eram naturaes da Costa de Mina e d'outras localidades do continente africano. A estes, escravos, foram entregues mulheres das mesmas e procedências diferentes, mesclando-se assim, na sua origem, os typos mais heterogeneos que deviam servir de base para uma mais larga colonisação (Negreiros, 1895, p.54 – 55).¹

Devido à escassez de mulheres brancas na ilha, uma situação que trouxe desafios para a formação da população, D. João II, agora atual rei de Portugal, tomou uma decisão significativa. Ele ordenou que cada morador da ilha tivesse uma escrava para satisfazer os seus desejos e, ao mesmo tempo, contribuir para o povoamento da região. Essa medida resultou em uma mistura étnica que moldaria a identidade do arquipélago.

Com o passar do tempo, em 1505, os próprios portugueses residentes em São Tomé e Príncipe se uniram para fazer um pedido ao rei de Portugal. Eles solicitaram a alforria de seus filhos mestiços e de suas mulheres. D. João II, atendendo aos apelos de seus súditos, emitiu uma Carta Régia que concedeu a liberdade a essas pessoas. No entanto, havia uma condição: os mulatos só poderiam trabalhar na administração das ilhas se conseguissem comprovar serem de fato filhos dos senhores de terra.

Essa concessão de liberdade e oportunidades na administração das ilhas marcou um momento importante na história de São Tomé e Príncipe, contribuindo para a formação de uma sociedade diversificada e miscigenada. A influência desses eventos históricos ainda se faz sentir na cultura e na demografia do país.

De acordo com Inocência Mata (1993), em seu livro *Emergência e Existência de uma Literatura: o caso santomense*, São Tomé e Príncipe passou por alguns momentos em seu período de colonização. Em seus primeiros anos de existência, também conhecido como a primeira colonização, o rei de Portugal, D. João II, incentivou fortemente os colonos a cultivar cana-de-açúcar nas ilhas. A produção de açúcar foi promovida como uma atividade econômica fundamental, e os colonos receberam instruções detalhadas nesse sentido. A produção de açúcar baseava-se fortemente da mão-de-obra escrava, e uma carta régia de 1485 concedeu a João de Paiva o monopólio do resgate da mão-de-obra escrava na costa africana. De acordo com Negreiros (1895),

¹ O livro *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, de Almada Negreiros (1895), de Almada Negreiros, já possui uma versão atualizada.

os primeiros anos da colonização portuguesa não podiam, pois, deixar de ser de acerba amargura para nós, attentas as proprias qualidades do trabalhador que aqui collocámos. Dispendendo a sua actividade em continuas correrias; inutilizando-se para o trabalho pelo proprio odio de raça, que vive ainda hoje, tão acceso, nas diversas tribus africanas; os braços com que contávamos foram, por muitos annos, motores das mais sérias desordens, e, até, por vezes, os assassinos de seus proprios protectores (Negreiros, 1895, p. 55).

“As ilhas, descobertas a quatrocentos e tantos anos, não eram habitadas” (Negreiros, 1895, p. 54) mas, com o passar dos anos, tornaram-se um importante centro para a produção de açúcar e, posteriormente, de cacau e café. O trabalho nas plantações era alimentado pelo tráfico de escravos africanos, deixando um legado sombrio de sofrimento humano.

Conforme Gerhard Seibert, em seu artigo *Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social* (2015), a primeira economia estabelecida nas ilhas foi através da monocultura de cana-de-açúcar e trabalho escravo, mas a fuga era constante, a topografia montanhosa e a floresta densa facilitavam evasão e a instalação de comunidades crioulas. Esse período inicial foi caracterizado pelo que podemos chamar de “ciclo do açúcar”, em que a economia das ilhas era dominada pela produção açucareira em engenhos. No entanto, o declínio gradual do comércio de açúcar levou a mudanças econômicas significativas.

Mata (1993) destaca que, à medida que o comércio de açúcar enfrentou um declínio, São Tomé e Príncipe se tornou um centro de comércio de escravos e abastecimento para navios de passagem. Isso também coincidiu com um período de relativo esquecimento das ilhas, enquanto a atenção econômica se voltava para o Nordeste brasileiro. Esse período foi chamado de “grande pousio” e marcou o “ciclo do comércio de escravos”, com uma “aristocracia” mestiça controlando a economia. A escravidão desempenhou um papel crucial nesse período, pois as ilhas serviam como um ponto intermediário no tráfico de escravos africanos.

Durante o século XIX, São Tomé e Príncipe experimentam uma segunda onda de colonização. Depois da independência do Brasil, em 1822, Portugal regressa seu interesse em suas colônias no território africano. Inocência Mata (1993) destaca que,

Com a introdução do café e do cacau, reacendem-se as perturbações internas. O reduzido número de Portugueses no arquipélago, que se dedica ao pequeno comércio de géneros alimentícios importados e panos, muitas vezes comercializados, em troca directa, com produtos hortícolas, vê na agricultura possibilidades de enriquecimento (as culturas do café e do cacau já haviam sido tentadas com êxito nas possessões espanholas). As roças, de

que era proprietária a elite nativa, começam a ser cobiçadas, e são ensaiadas formas de venda através de aliciamento que precedem um processo de expropriação de terras a que os proprietários ainda resistem por algum tempo (Mata, 1993, p.50).

O cultivo de café e cacau tornou-se uma oportunidade de lucro para os investidores, o que despertou um grande interesse do capital privado na região. Mata (1993) salienta que a necessidade de trabalhadores nas plantações levou os agricultores a recorrerem a diversas fontes de trabalho, e, “em 1867, que se criou em São Tomé uma agência do BNU a cujo crédito recorrem os agricultores para, a par do tráfico clandestino de escravos” (Mata, 1993, p 51). Esses trabalhadores, muitas vezes oriundos de países como Libéria, Serra Leoa e Gana, eram atraídos com a promessa de um emprego remunerado, mas, muitas vezes, trabalhavam em condições de trabalho desumanas e próximas à escravidão.

A campanha pela abolição da escravatura, liderada pela Inglaterra, prejudicava os lucros dos roceiros e despertava os escravos, que não mais deixarão de pugnar terminantemente pela sua libertação. Após contínuos levantamentos e motins, num processo de luta levado a cabo pelos escravos, o governador Gregório José Ribeiro libera-os total e definitivamente. Estamos em 3 de Fevereiro de 1876 e, poucos anos mais tarde, chegam a São Tomé e Príncipe os primeiros contratados de Angola, inaugurando-se novo período na história das ilhas: o do serviçal contratado, arrancado das suas aldeias e famílias, ruscado e aprisionado em porões dos navios e desembarcado em São Tomé e Príncipe para as roças de cacau e de café, produtos com grande cotação nos mercados internacionais, juntamente com as oleaginosas, a copra, o coconote, mas também a quina, cânhamo, a, baunilha e a canela (Mata, 1993, p. 51).

Mata (1993) destaca que a ‘última’ transformação econômica ocorreu com a introdução das culturas do café e do cacau no século XIX, que se estendeu até a independência política em 1975. Durante esse período, um sistema de contratação de serviçais foi implementado, visto que a abolição da escravatura foi sancionada em 1875. A economia passou a ser dominada pela produção dessas culturas e pela “economia da raça”, que desempenhou um papel crucial na vida socioeconômica das ilhas.

De acordo com Mata (1993), a colonização de São Tomé e Príncipe trouxe a restauração de estruturas socioeconômicas. Contudo, essas estruturas eram baseadas nas relações de poder entre “senhor/servo”, evoluindo para uma dinâmica entre “senhor/contratado”, que substituiu a estrutura de “morador/escravo” que se desenvolveu ao longo dos séculos. Os crioulos, forros e moncós, os “gregorianos” e angolares que, tradicionalmente, se dedicavam à pesca, foram relegados a posições

periféricas na economia colonial. Muitos rejeitaram trabalhar nas plantações como empregados, preferindo manter suas atividades tradicionais ou aceitar empregos temporários nas roças. A recusa em aderir ao sistema de trabalho imposto pelos colonizadores, “os naturais de São Tomé e Príncipe são doravante apelidados de inúteis, vadios e preguiçosos” (Mata, 1993, p. 53).

Conforme Alda Espírito Santo (1978),

as rusgas recrudesciam, as brigadas de trabalho forçado ganhavam mais ímpeto e o «Centro Colonial», que representava o colosso dos usurpadores da terra que, do Terreiro do Paço, orquestravam e decidiam dos destinos da Colónia Penal de S. Tomé e Príncipe, exigia que a autoridade colonial garantisse a mão-de-obra autóctone (Santo, 1978, p. 21).

Grandes contingentes de colonos metropolitanos e investimentos fluíram para as ilhas, resultando no estabelecimento de grandes fazendas e empresas agrícolas. Esse período foi considerado o início de uma “verdadeira nova era de riqueza, prosperidade e desenvolvimento das duas Ilhas”, com o florescimento de uma economia baseada na agricultura de café e cacau.

A história de São Tomé e Príncipe é marcada por um longo período de exploração e abuso dos não descendentes dos grandes senhores de terra, que trabalharam nas roças do arquipélago por cerca de quinhentos anos. Observamos o seguinte poema intitulado de *Cacau Colono*, de Alda Espírito Santo (1978):

CACAU COLONO

Nossos irmãos de Angola
De Angola e Moçambique
Penaram 30 anos de ' vida
Nas roças de cacau
Dos feudos de S. Tomé.

Cacau
Cacau
Café
Para os donos de S. Tomé

Cacau
Cacau
Café
Inferno de S. Tomé

Cacau
Cacau
Café Inferno de S. Tomé

Pelo cacau colono
Mão de obra em S. Tomé
Na morte de S. Tomé

Rusga pelo cacau
Nos anos 30
Massacre pelo cacau
Cinquenta e três

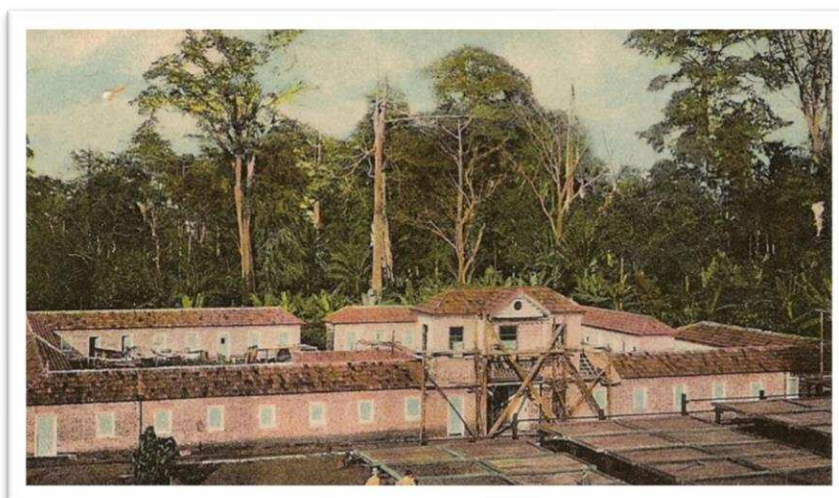
Cacau
Fechou as ilhas
Encurralou
Enquistou

Não abrir o quisto!
Não abrir o quisto!
(Santos, 1978, p. 53-54)

Como podemos observar no poema *Cacau Colono*, de Alda, reflete a triste realidade da fase colonial, lembrando poderosamente as condições dos trabalhadores, também conhecidos como os 'contratados', vindos de Angola e Moçambique. Durante esse período, essas pessoas foram sujeitas as condições extremamente difíceis e injustas, privadas dos seus direitos e, muitas vezes, forçadas ao silêncio.

O poema denuncia a exploração brutal que ocorreu nas plantações de cacau e café, onde homens e mulheres dedicaram décadas de suas vidas aos interesses coloniais. O repetido refrão de *Cacau, Cacau, Café* enfatiza a importância dessas mercadorias para os colonizadores, enquanto o acréscimo de *Inferno de S. Tomé* destaca o terrível preço humano pago pela ganância exacerbada e pela exploração do homem pelo homem.

Imagem 1: Senzala da Roça Guengué



Fonte: Memória África.²

² Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AHSTP/fotografias/rocas&p=6>

As atividades nas roças, especialmente na produção de café e cacau, eram árduas e muitas vezes desumanas. Além disso, após longas jornadas de trabalho, esses trabalhadores eram mantidos em condições precárias, presos e sob constante vigilância, 24 horas por dia. Essa exploração brutal deixou cicatrizes profundas na sociedade de São Tomé e Príncipe.

Outro ponto relevante nestes versos, *Massacre pelo cacau /Cinquenta e três*, faz referência ao terrível Massacre de Batepá, ocorrido em 1953, elucidando a violência e a opressão que permearam a história das ilhas, que, sob o jugo colonial português, viveu um dos capítulos mais sombrios de sua história. Durante esse período, o governador colonial alegou ter descoberto uma suposta conspiração africana. Essa alegação, posteriormente considerada uma mentira, serviu como justificativa para a implementação de uma severa repressão contra os habitantes locais.

Segundo Alfredo Margarido (1994),

em Fevereiro de 1953, o governador de S. Tomé e Príncipe «inventou» uma conspiração africana que lhe permitiu organizar uma repressão tão cruel como inútil, de que foram vítimas centenas de são-tomenses, alguns dos quais morreram em condições atroz na baía de Fernão Dias. Ao mesmo tempo, o governador procurou humilhar os intelectuais são-tomenses: alguns, a quem o governador tirara os sapatos, foram deportados para a ilha do Príncipe. Descalços, pensava o governador, pensavam os portugueses, estes africanos eram devolvidos à natureza selvagem de que não deviam ter saído (Margarido, 1994, p. 6)

Centenas de santomenses foram atingidos por essa perseguição incessante, que resultou em sofrimento incompreensível e, em alguns casos, resultou na morte de pessoas em condições desumanas na Baía de Fernão Dias, onde os corpos das vítimas. A brutalidade desse incidente é um triste exemplo do abuso de poder e da crueldade impostas aos habitantes da colônia. Eles enfatizam a importância de reconhecer e lembrar as vítimas dessas ações cruéis e destacam a relevância da luta pela liberdade, igualdade e justiça, uma batalha que diversas comunidades locais em todo o mundo travaram contra o domínio colonial.

Graças à conscientização e ao acesso à informação, histórias de pessoas que trabalharam nas roças ou tinham familiares próximos que passaram por essas experiências estão sendo amplamente compartilhadas. Vídeos como *Em São Tomé, o colonialismo não morreu com as roças*, disponibilizados pelo canal Público no

YouTube, apresentam relatos angustiantes que revelam o sofrimento enfrentado por esses indivíduos e suas comunidades.

Essas histórias são uma memória dolorosa do período colonial de São Tomé e Príncipe e enfatizam a relevância de reconhecer e compreender as injustiças do passado, bem como trabalhar para promover a igualdade, a justiça social e a reconciliação na sociedade atual.

2.1 Literatura Africana: o caso santomense

Poema Mensagem

Não gritaremos mais
Os nossos cânticos dolorosos
Prenhes de eterna resignação....
Outro canto se elevará, Irmãs
Por cima das nossas cabeças
(Santo, 1975, p.75)

A literatura desempenha um papel fundamental na sociedade e na cultura, abrangendo diversas formas e dimensões. Sua importância é vasta e diversificada, influenciando indivíduos, comunidades e até nações inteiras. Ela se manifesta como uma expressão artística que possibilita aos escritores explorarem e compartilhar suas ideias, emoções, perspectivas e imaginação de maneira singular. A literatura oferece um canal para a criatividade florescer e para a comunicação de ideias complexas. Por sua vez, através da literatura, as culturas e histórias de diferentes épocas e lugares são preservadas e transmitidas de geração em geração.

Os textos literários podem ser uma janela para o passado, permitindo que as pessoas compreendam como a sociedade evoluiu ao longo do tempo. A literatura possui o poder de persuadir, envolver e tocar o leitor de maneira concisa, alcançando seu âmago mais profundo. Ela pode influenciar nossas emoções e pensamentos, muitas vezes de maneira mais eficaz do que outros meios de comunicação. Por meio das palavras habilmente entrelaçadas, a literatura transcende as barreiras da língua e da cultura, conectando-se com leitores de diferentes origens de maneira única e poderosa.

Para Bourdieu (2005),

esse território literário é repleto de vozes que buscam a oportunidade de trazer para o espaço literário e social perspectivas e reflexões que tratam do seu cotidiano e das relações sociais que os inferiorizam enquanto sujeitos e de inscrevê-las no domínio dos sistemas simbólicos, como “instrumentos de

conhecimento e comunicação” constituindo assim um ato de protesto e resistência (Bourdieu, 2005, p. 90).

A literatura tem a total liberdade de abordar questões sociais e políticas, instigando debates sobre injustiças, desigualdades e transformações necessárias na sociedade. Inúmeros textos literários deixaram uma marca na consciência social e nos movimentos de uma sociedade. Portanto, o âmbito literário se ocupa de eventos significativos na história e da sociedade, transmitindo vivências e experiências de outros indivíduos e, tudo isso se entrelaça com a maneira hábil pela qual os autores abordam os temas de sua época, evidenciando maestria ao retratar vidas e períodos em contínua evolução.

A literatura africana como tal desempenha um papel crucial na apreciação e na valorização das complexidades culturais, históricas e sociais do continente africano, no caso dos países colonizados por Portugal, com o caso de São Tomé e Príncipe. Ela também aborda questões sociais como pobreza, desigualdade, conflitos políticos, corrupção e migrações, oferecendo uma visão dessas dificuldades e permitindo que os leitores adentrem nas vivências de inúmeras pessoas que fazem parte deste imenso continente.

Muitas dessas experiências foram obscurecidas sob o jugo do colonialismo, revelando as injustiças, os obstáculos e as lutas enfrentadas pelas comunidades africanas nesse período. Através da produção literária africana temos a oportunidade de conhecer realidades e perspectivas distintas, fomentando empatia e compreensão entre indivíduos de diversas origens e vivências. A relevância da literatura africana transcende várias esferas e enriquece significativamente a compreensão global das experiências humanas.

Manuel Ferreira, em seu livro *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, publicado em 1977, assinala que o começo da literatura africana, semelhantemente ao Brasil, tem suas raízes nas expansões marítimas do século XV. Nessa “época em que os portugueses inauguraram a rota da África, posteriormente ampliada em direção à Ásia, Oceania e Américas” (Ferreira, 1977, p.7).

De fato, Ferreira destaca que a produção literária emergiu por meio dos esforços de proeminentes escritores e intelectuais portugueses, os quais, em cada instância, buscavam enaltecer a cultura de sua pátria e exaltar os feitos de Portugal durante aqueles anos de exploração marítima. Isso acontecia sob as ideologias cristãs

da época que legitimavam o “direito à dominação, à pilhagem e mesmo à brutalidade” (Ferreira, 1977, p. 8).

Contudo, ao longo dos séculos e com o crescente desejo de emancipação das massas populares frente ao jugo colonial português, todo o sofrimento infligido por Portugal em suas colônias serviu como estímulo para a produção literária nesses países do continente africano. O sofrimento vivenciado nas colônias se tornou o combustível propulsor para a expressão literária, refletindo a luta contra o colonialismo e a busca pela libertação.

Manuel Ferreira (1977), comenta que

a literatura africana chama a si mais de um século de existência. Este longo período de mais de um século de actividade literária está, porém, contido em duas grandes linhas: a *literatura colonial* e a *literatura africana de expressão portuguesa*. A primeira, a literatura colonial, define-se essencialmente pelo facto de o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao homem africano. No contexto da literatura colonial, por décadas exaltada, o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalisticamente e, quando tal acontece, é já um avanço, porque a norma é a sua animalização ou coisificação. O branco é elevado à categoria de herói mítico, o desbravador das terras inóspitas, o portador de uma cultura superior (Ferreira, 1977, p. 10).

A literatura colonial refletia uma perspectiva eurocêntrica, caracterizada pela representação predominante do homem branco como personagem central em muitos textos literários. As tramas eram frequentemente construídas a partir do ponto de vista do colonizador. Nessa época, os desejos e a supremacia dos “brancos” predominavam, enquanto para os indivíduos de origem africana restavam papéis marcados pela inferioridade, dominação, objetificação e até mesmo desumanização.

Segundo Mata (1993),

antes dos poetas da CEI não havia uma literatura original em S. Tomé e Príncipe. Isto é: uma literatura que, conscientemente, recusasse a anexação pela literatura portuguesa, uma literatura que não fosse uma imitação formal e conteudista (conteúdo pinturescamente africano) e que, finalmente, não fosse informação sobre o mundo ultramarino santomense, em termos paisagísticos e humanos, e sim uma escrita da/na sociedade santomense, sua história e cultura, suas aspirações e desejos, suas alegrias e prazeres, suas vitórias e desgraças, sua Humanidade/sua consciencialização (Mata, 1993, p. 222).

Na segunda metade do século XIX, houve transformações nas produções literárias do continente africano. Agora, o preto passou a ser um elemento essencial nos enredos, assim como todo o contexto africano. A literatura passou a ser impregnada pelo sentimentalismo nacional, que posteriormente serviu como base

para o surgimento de produções poéticas de resistência contra o avanço do colonialismo. Isso marcou o início da literatura africana de expressão portuguesa.

Parece-me indispensável pôr em evidência o elemento central: não havia ainda, nesse momento, literaturas especificamente nacionais, verificando-se também uma confusão evidente entre a escrita «colonial» e a escrita «africana». De resto, e do ponto de vista literário, a tendência geral da crítica portuguesa menosprezava o facto literário africano, na medida em que se registava o eco do racismo difuso mas constante que as ideias portuguesas aplicavam à África em geral e aos africanos em Portugal (Corrêa, 2021, p.4)

Em São Tomé e Príncipe, Almir A. Corrêa, em seu livro *A Formação das Literaturas Africanas em Português* (2021), menciona que as ilhas possuem “poucos literatos, menos ainda se considerados aqueles pela crítica” (Corrêa, 2021, p. 159). Desses, apenas trinta e quatro autores estão nessa lista, pois a crítica portuguesa considera a literatura africana inferior, sejam eles escritores nascidos em São Tomé e Príncipe ou europeus que se dedicavam à produção literária santomense. Alfredo Margarido (1994), aponta que o Armindo Monteiro, quando era o Ministro das Colônias naquela época, criou uma categoria para os escritores europeus, ficaram conhecidos como “brancos de segunda”, e os autores africanos

eram considerados ou inexistentes ou primitivos, como de resto fizera José Osório de Oliveira que, na trilha cultural de Blaise Cendrars, organizara para a Agência Geral das Colônias uma antologia que retinha apenas a «tradição oral», tal como era fora definida pelos diferentes autores europeus. A nudez, a antropofagia – tão exaltadamente denunciada por Henrique Galvão no texto que consagrou às «práticas» antropofágicas angolanas, que incomodavam os colonos e o poder administrativo –, a oralidade, eram os valores únicos dos africanos, pelo que não havia que se consagrar ao inventário e menos ainda à análise de produções literárias impossíveis (Corrêa, 2021, p.6).

Conforme evidenciado por Margarido (1994), os portugueses que administravam as colônias africanas não prezavam as produções literárias, seja ela formada pela tradição oral ou por intelectuais genuinamente pertencentes aquela localidade. Para eles, era mais fácil focar em elementos culturais que são diferentes dos costumes europeus e o ritual antropofágico fora explanada como forma de denúncia, mas era um simples pretexto para desumanizar e reforçar estereótipos negativos sobre aqueles povos.

Esta afirmação de Margarido pode ser observado no folheto *Memoria sobre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico he, para elles, antes hum bem que hum mal*, publicado em 1838, no Brasil, um senhor não identificado defende a escravidão como uma coisa boa para os pretos, ao comentar

sobre as guerras que existiram no continente africanos, o autor demarca duas opções para os perdedores desses conflitos: ou eram vendidos para manter o comércio de escravos ou eram mortos e sua carne era comercializada e eles “não se envergonham de terem o infame e repugnante costume de comprarem e comerem a carne de seus semelhantes” (MEMORIA sobre o commercio dos escravos, em que se pretende mostrar que este tráfico he, para elles, antes hum bem que hum mal, 1838, p. 5).

Durante o período colonial em São Tomé e Príncipe, a liberdade de expressão era restrita. A maioria de seus escritores começaram a suas produções literárias em terras lusitanas, pois, a educação e cultural dos santomenses foram reduzidas, assim, grande parte da elite, classe social a qual esses escritores pertenciam, completavam a sua formação educacional em Portugal. De acordo com Mata (1993), a poesia santomense, o gênero literário preferido pelos autores, expressa “um grito, lógico, natural, um grito de homem negro, insultado, que se reivindica como negro em face do branco no seu orgulho” (Mata, 1993, p. 17), para a autora a poesia santomense desempenha uma tríplice tópica temática:

- a africanidade e a fraternidade negra;
- a afirmação cultural e a assunção de uma identidade africana peculiar mas inserida dentro do contexto colonial africano;
- a denúncia do colonialismo, através de uma poética de preocupação social e do quotidiano insular (e social não se circunscreve ao político-econômico na abrangência conceitual de sociedade, e na sua acepção necessariamente culturalista e sociológica em África) (Mata, p. 30).

Não muito distante do pensamento de Mata, Corrêa (2021) complementa que

a literatura de São Tomé e Príncipe quase toda foi realizada em Portugal. Há um tema, a roça, que permeia a maior parte do cânone, chegando a constituir, nos contos e romances “coloniais,” um “ciclo-da-roça”. [...] a imagética de oposição cromática entre branco e negro [...] funciona como a “arma de resistência” do negro no mundo de brancos (Corrêa, 2021, p. 161).

A situação colonial agressiva e desumana das ilhas, assim como em outros países do continente, propiciaram o surgimento de uma literatura de ‘combate’, não era apenas uma expressão artística, mas uma necessidade, uma voz de resistência contra o domínio colonial. A literatura servia para propagar seus ideais libertários e expressar suas preocupações diante aos acontecimentos tenebrosos, como o massacre de Batepá, assunto muito abordado pela autora escolhida para a análise de seus escritos poéticos.

Os escritores de São Tomé e Príncipe perceberam na literatura uma maneira de expressar às suas realidades e obstáculos diante da falta de liberdade de

expressão. Essa característica não se limita apenas para Alda Espírito Santo, escritora contemplada para fazer parte desta pesquisa, mas a outros renomados escritores, como Francisco José Tenreiro, Francisco Stockler, Caetano da Costa Alegre, Carlos Espírito Santo, Sum Nhana e Maria Manuela Margarido.

Ao longo da história, a literatura africana, teve um papel relevante na luta contra o império colonial, com a sua estratégia de mobilizar e conscientizar, ou seja, através de seus textos, os autores africanos usavam diversos recursos estilísticos e retóricos para transmitir mensagens políticas e sociais, bem como o resgate da identidade nacional e, sobretudo, mostrar resistência contra à opressão colonial. Ela continua sendo um testemunho valioso das batalhas e triunfos do passado, preservando a memória daqueles que buscaram a liberdade e a justiça sob circunstâncias difíceis.

2.2 Alda da Graça do Espírito Santo: Símbolo de Luta

Imagem 2: Alda da Graça do Espírito Santo



Fonte: FENSKE, Elfi Kürten, 2008. ³

Alda Neves da Graça Espírito Santo, professora e jornalista, nasceu em 30 de abril de 1926 na ilha de São Tomé, capital do arquipélago de São Tomé e Príncipe, faleceu em 9 de março de 2010, em uma clínica de Angola, devido a seu estado de saúde debilitado. Terminou seus estudos primários em sua cidade natal. Sua mãe era

³ Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/07/alda-espírito-santo.html>

professora, e seu pai, funcionário dos Correios. Devido aos seus trabalhos, Alda, aos 14 anos, viajou para Portugal, assim, deu continuidade nos seus estudos no Colégio de Nossa Senhora da Bonança e futuramente formou-se em professora na Escola de Magistério Primário, em Vila Nova da Gaia.

Sua vida em Portugal não fora fácil, quando se utilizava de sua língua materna, o crioulo, a população portuguesa lançava vários insultos e a obrigava ao uso do português, ou seja, o crioulo não tinha espaço nos ciclos sociais. Crippa e Laranjeira (2018) comenta que “para um filho-da-terra ascender social e economicamente, havia necessidade de aprender bem o português” (Crippa; Laranjeira, 2018, p. 254). De acordo com Mata (2006), desde cedo, Alda começou a escrever poemas, entretanto no ano de 1946, sua poesia é reconhecida em uma reunião informal, na companhia de familiares e amigos.

Mata (2006) comenta que a poeta era

preocupada com a questão colonial, Alda Espírito Santo cedo irá sofrer as limitações impostas pela polícia política portuguesa: ainda em Portugal foi detida pela PIDE. Mais tarde, já em liberdade, foi-lhe imposta “residência fixa”, um expediente a que recorrem os regimes ditatoriais para “controlarem” as figuras consideradas incômodas. De regresso definitivo ao seu país natal, em fins dos anos 60, para exercer o magistério primário, continuou a assumir uma postura sempre incômoda quer no exercício de sua actividade docente, como professora do ensino primário, quer ainda como cidadã atenta à questão colonial. Valeu-lhe a perseguição da polícia política, tendo-se tornado bastonária da defesa dos valores culturais são-tomenses (Mata; Padilha, 2006, p. 12).

Ainda nesse contexto, Mata e Padilha (2006) comenta que Alda foi considerada a luz para muitos jovens, a poeta, de forma clandestina, escondida e sem que a polícia portuguesa percebesse, organizava saraus culturais em sua residência, emprestava-lhes livros, orientava-os e incentivava-os em seus estudos.

De acordo com Crippa e Laranjeira (2018), Alda retornou a São Tomé, no ano de 1953 e

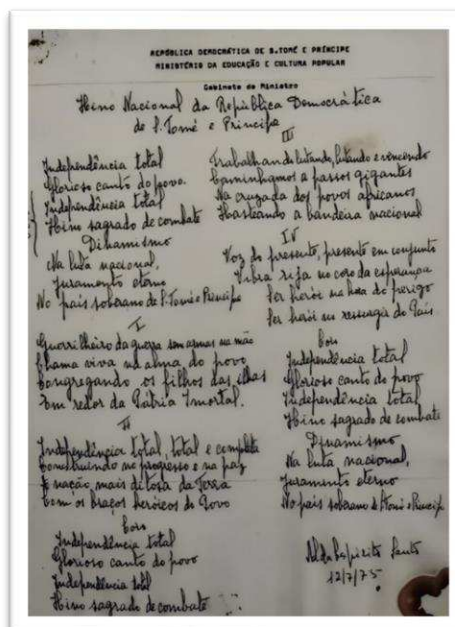
a sua atuação não se prenderia somente com a necessidade de emancipação da população santomense, mas tornar-se-ia uma figura presente na vida política e social do seu país, uma distinta autoridade nacional. Na esfera cultural, Alda Espírito Santo é um nome emblemático da poesia africana (escrita em língua portuguesa) e dos nacionalismos africanos, (re)conhecida e valorizada pelo ativismo na militância política e por ter sido uma das raras mulheres na liderança da resistência dentro e fora de São Tomé e Príncipe (Crippa; Laranjeira, 2018 p. 255).

Alda foi uma grande figura da resistência cultural e uma personalidade importante para a história das ilhas, após a independência do país em 1975, e sendo

membro do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – MLSTP, partido político que governou o país durante 16 anos, assim ocupou vários cargos sucessivos no governo, entre os quais os de Ministra da Educação e Cultura, Ministra da Informação e Cultura Popular, Presidente da Assembleia Nacional.

Foi presidente da União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe - UNEAS, fundada em setembro de 1986, dedicando-se ao incentivo e autonomização da atividade artística, literária e cultural no país. Também foi presidente da Liga dos Escritores dos Cinco – LEC. Um de seus notáveis feitos foi a composição da letra do Hino Nacional de São Tomé e Príncipe, intitulado “Independência Total”, em 1975, como podemos observar na imagem a seguir:

Imagem 3: Foto da escritura original de Independência Total



Fonte: Facebook, 2022. ⁴

Sua autoria da letra do Hino Nacional de São Tomé e Príncipe é um testemunho notável de sua influência e contribuição para a construção da identidade e história da nação. Esse feito ressoa como um marco significativo de sua influência, afirmando sua posição tanto na esfera cultural quanto política de São Tomé e Príncipe. Seu legado está profundamente enraizado, deixando uma marca indelével na história de seu país.

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/aldaespitosanto/photos/pb.100063795457190.-2207520000/7450615838313985/?type=3>

Alda também se destacou como uma voz importante no movimento contra o regime colonial, liderando homens e mulheres santomenses na luta contra a dominação imperialista. Sua dedicação à causa da libertação foi um exemplo inspirador de resistência e coragem. Além disso, seu papel como presidente do Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe (FMS) a partir de 1996 reflete seu compromisso contínuo com a promoção dos direitos e da voz das mulheres em seu país. Sua influência abrangeu vários domínios, da cultura à política, e seu legado permanece como um farol inspirador para as gerações futuras.

Como poetisa, Alda Neves da Graça Espírito Santo deixou um impacto significativo no mundo literário. Ela teve trabalhos publicados em várias antologias, e dentre suas obras, destaca-se *É nosso o solo sagrado da terra*, publicado em 1978. Este livro é composto por uma coleção de poemas escritos ao longo das décadas de 1950 a 1970.

De acordo com Secco (2018), a poética presente nesta obra gira em torno de dois eixos principais:

um que se estrutura sob a forma de veemente protesto à opressão colonial e à escravidão que mancharam de sangue a história de São Tomé; outro que se manifesta por intenso clamor e incitação à reconquista do solo pátrio, à valorização do caráter nacional (Secco, 2018, p. 282).

Alda Espírito Santo permanece, até os dias atuais, como uma figura proeminente na literatura africana de autoria feminina. Ela desempenhou um papel crucial na busca por dignificar a história de sua nação e de seu povo. Sua preocupação era evidente em relação ao bem-estar de seu povo, à sua consciência política e, também, na representação da resistência de seus contemporâneos e de sua própria contribuição vital. Sua escrita se tornou um testemunho de sua luta e participação marcante, assegurando que sua trajetória de luta não seja apagada.

Nessa mesma linha de pensamento, Mata (2006) afirma que

os poemas escritos antes de 1975, ano da independência política do país, constroem uma semântica subterrânea, própria de uma escrita subversiva, clandestina, que configura tanto o apelo de adesão à causa dos oprimidos (o colonizado/ a Mulher – irmã, avó/ o contratado/ o angolano), como a denúncia da repressão colonial, de que são já emblemáticos os seus tantas vezes (re)citados poemas “Onde estão os homens caçados neste vento de loucura?” e “Trindade”, referindo os massacres de 1953, já ao panfletarismo poético: encómio à “vitória consumada”, à reconstrução nacional, à(s) ideologia(s) perfilhadas(s), a heróis ou figuras heroicizadas africanas e à cultura como fazedora de nacionalidade (Mata; Padilha, 2006, p. 15).

Alda Espírito Santo (1978), ao captar o sentimento de mobilização do povo africano em prol da independência, constrói na obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978) uma escrita de protesto e luta que reflete a realidade da população por meio do espírito nacional. Ela possui a preocupação de inserir as mulheres africanas na narrativa da luta pela independência. Sua obra se torna uma contribuição à identidade sociopolítica e cultural do país insular, situado nas encruzilhadas das rotas atlânticas, enfrentando o contínuo processo humano de superar as contradições que colocam os povos em uma luta incessante para estarem “do mesmo lado da canoa” (Santo, 1978, p. 10).

No poema *Humanidade*, o eu-poético expressa seus anseios diante da posição de seus semelhantes perante a dominação e supremacia dos outros que são diferentes. Além disso, o poema também revela um discurso de resistência que evita que as lutas contra o sofrimento do povo negro sejam esquecidas, ao afirmar:

No ciclo da existência
 E no compreender,
 Compreender
 Que todos os seres vivos
 São iguais,
 No nascimento na morte
 E nas estruturas físicas
 Que compõem a humanidade
 Nesse dia, será uma festa eterna
 E o sol
 Rodará finalmente
 [...]

 será então dar finalmente vida real a todos os seres
 [...]

 (Santo, 1978, p. 46).

Dessa forma, Alda Espírito Santo nutre a chama do grito silenciado pelo regime colonial, buscando unir o clamor de libertação do povo negro, especialmente das mulheres negras, através da resistência. A autora anseia que, a partir dessa resistência, se concretize a apropriação da libertação. Em suas palavras, “para que unido à revolução do povo negro, em especial a mulher preta a partir da resistência se aproprie da libertação” (Santo, 2010, p. 16).

Na visão de Alda Espírito Santo, o povo africano deve vivenciar intensamente a ardente luta pela liberdade nacional. Portanto, a poetisa estava profundamente engajada no confronto, onde, para ela, o poema da terra simbolizava a batalha do canto de afirmação no mundo humano na pátria africana.

Segundo a perspectiva de Alda Espírito Santo, no cenário da luta e do levante popular, os companheiros deveriam empunhar os problemas sociais da dominação em conjunto, para desmistificar coletivamente as amarras do domínio colonial. Ela enfatiza que os cânticos de revolta propagam uma mensagem de unidade enraizada na causa comum, onde o povo e as mulheres africanas avançam em marcha rumo à revolução.

Mata e Padilha (2006) refletem que

na visão da escritora, portanto, as mulheres ao mesmo tempo são agente de transmissão da cultura e de uma história que se repete e pela qual se marginalizam duplamente, dada a forma como tal história se narrativiza, ou seja, como branca, machista e patriarcal. Ao compor o quadro estético da privação, é uma demanda natural o voltar-se para os corpos iguais, envolvendo-os em afetividade e muita, muita ternura. A insubordinação cede lugar ao afeto, que também acabar por semear-se no campo arado de sua poesia (Mata; Padilha, 2006, p. 26).

De forma específica, a poetisa santomense se dedica a reavivar a reivindicação do lugar de habitação do corpo, da voz e da representação social e política da mulher africana. Seu objetivo é que as jovens e mulheres, reconheçam seu espaço e ocupem seu lugar. Alda expressa essa intenção da seguinte forma: “Vejo a África em busca de seus filhos, vejo-a a pedir vida, a chorar longe. Pra você eu deixo o canto da Terra. Esse cantar de esperança... Deixo-o em busca da mensagem da Raça” (Santo, 2008, p. 57).

De acordo com Monteiro (2001),

Alda Espírito Santo “busca reanimar e reivindicar seu lugar como mulher africana e, assim, ao chamar a mulher africana para reconhecer seu espaço”, faz um chamamento também para todos os africanos se armarem de protesto para a luta, não de arma, sim de voz, fala e resistência (Monteiro, 2001, p. 51).

Nesse direcionamento, Alda no excerto do poema *Do mesmo lado da canoa*, diz:

É assim que eu te falo,
meu irmão contratado numa roça de café
meu irmão que deixas teu sangue numa ponte
ou navegas no mar, num pedaço de ti mesmo em luta
[...]
Neste lado da canoa, eu também estou irmão,
na tua voz agonizante, encomendando preces, juras, maldições.
Estou aqui, sim, irmão
Nos nozados sem tréguas
onde a gente joga
a vida dos nossos filhos.
Estou aqui, sim, meu irmão

no mesmo lado da canoa
(Santo, 1978, p. 77).

Alda, desse modo, oferece uma mão amiga ao seu semelhante, sugerindo haver um lugar onde todos podem tentar mais uma vez pertencer a uma mesma terra. A autora adota o discurso de resistência contra o regime colonial para garantir que os muitos conflitos contra as adversidades enfrentadas pelo povo santomense jamais sejam esquecidos.

Crippa e Laranjeira (2018) esclarecem que

Alda Espírito Santo apresenta em sua escrita uma “poesia engajada, combativa e de cariz nacionalista, de denúncia, protesto e reivindicação, que se afirma como uma (re)definição da identidade e da cultura, neste caso em particular, da identidade e da cultura caracterizadas pela santomensidade, que pode ser entendida como discursos socioculturais da nacionalidade em formação, fundamentação e solidificação comunitária (Crippa; Laranjeira, 2018, p. 249).

Podemos observar algumas dessas características no poema *Às Mulheres da Minha Terra*, dedicado exclusivamente às mulheres, Alda as encoraja a se engajarem na luta pela independência. Ela estimula as mulheres a unirem suas forças para alcançar um futuro mais promissor não apenas para elas, mas para seus filhos e para São Tomé e Príncipe. O poema é um apelo à ação, à solidariedade e à determinação das mulheres em contribuir para a construção de uma nação mais justa, livre e igualitária. Vejamos um trecho a seguir:

ÀS MULHERES DA MINHA TERRA

Irmãs, do meu torrão pequeno
Que passais pela estrada do meu país de África
É para vós, irmãs, a minha alma toda inteira
- Há em mim uma lacuna amarga –
Eu queria falar convosco no nosso crioulo cantante
Queria levar até vós, a mensagem das nossas vidas
Na língua maternal, bebida com o leite dos nossos
[primeiros dias
Mas irmãs, vou buscar um idioma emprestado
Para mostrar-vos a nossa terra
O nosso grande continente,
Duma ponta a outra.
(Santo, 1978, p. 81).

No enxerto do poema, Santo o escreveu enquanto ainda residia em Portugal. Na primeira estrofe, o eu-poético expressa pesar por não poder utilizar o *crioulo cantante* para se comunicar com suas irmãs, recorrendo, no entanto, ao *idioma emprestado* para expressar seus anseios por sua terra. Isso revela a situação na qual

a supremacia do domínio português que permeia todos os aspectos desse pequeno país. Isso se deve em parte aos preconceitos enraizados na sociedade portuguesa em relação à língua crioula e à condição de submissão que São Tomé e Príncipe sofria enquanto colônia de Portugal.

Crippa e Laranjeira (2018) explicam que a língua do colonizador serve como veículo de expressão para a poetisa santomense, uma “militante ativa dos movimentos de libertação, uma camarada revolucionária contra a repressão do sistema colonial” (Crippa; Laranjeira, 2018, p. 254). Cada verso carrega uma consciência decolonial no ato de fazer poesia, uma busca por ressignificação, alertando para a luta coletiva de todas as mulheres no sentido de se afirmarem e de liberarem as palavras engasgadas pela opressão que as mulheres negras enfrentaram desde a época da escravatura.

O poema *Às mulheres da minha terra* é um chamado à ação, uma convocação para as mulheres santomenses encontrarem sua voz e usem a língua do colonizador como uma ferramenta para expressar sua resistência, identidade e aspirações, ao mesmo tempo, em que desafiam a supremacia linguística imposta pelo regime colonial.

Irmã, a nossa conversa é longa.
E longa a nossa conversa.
Através destes séculos
De servidão e miséria ...
E longa a estrada do nosso penar.
Nossos pés descalços
Estão cansados de tanta labuta
O dinheiro não chega
Para vencer a nossa fome
Dos nossos filhos
Sem trabalho
Engolindo a banana sem peixe
De muitos dias de penúria
(Santo, 1978, p. 82).

No decorrer do poema, o eu-lírico canta os inúmeros sofrimentos enfrentados por suas companheiras desde os tempos da escravidão. Elas foram relegadas à miséria devido à dependência de Portugal, exaustas por trabalhar incansavelmente para prover sustento aos filhos. Elas enfrentaram uma vida sem dinheiro, foram forçadas a suportar inúmeras dificuldades e privações, e não tinham acesso a alimentos adequados para suas crianças.

Queria também
Conversar com as lavadeiras dos nossos rios

Sobre a roupa de 'cada dia
Sobre a saúde dos nossos filhos
Roídos pela febre
Calcurreando léguas a caminho da escola.
(Santo, 1978, p. 82).

Ao longo do texto poético, a poetisa se refere a várias mulheres pertencentes à classe trabalhadora de São Tomé e Príncipe, todas elas desempenhando atividades informais para sobreviver. Elas são lavadeiras nos rios, vendedoras ambulantes, mães que cuidam de seus filhos, etc. Alda Espírito Santo, por meio de sua poesia de denúncia, aborda a participação dessas mulheres na criação de um espaço representativo para o exercício do poder da voz. Santo, por meio de suas palavras, visa inspirar as mulheres a reconhecerem seu poder coletivo e a participarem ativamente na transformação da realidade que as cercava. Ela reconhece o papel fundamental que as mulheres desempenham na sociedade e como suas ações podem moldar o destino da nação. Seu poema é um chamado à conscientização, à coragem e à perseverança das mulheres santomenses em busca de um futuro melhor para todos.

Em seu universo poético, Santo aborda abertamente a classe trabalhadora santomense, caracterizando esses sujeitos subalternizados que trabalham incansavelmente para garantir que seus filhos tenham o que comer. Sua poesia ressalta a resiliência, a força e a importância dessas mulheres que, apesar das adversidades, continuam a desempenhar um papel vital na sociedade. Através de suas palavras, Alda Espírito Santo homenageia e dá voz a essas mulheres, tornando visíveis suas lutas, sacrifícios e contribuições muitas vezes invisíveis para a construção da nação.

Em algumas localidades mundo afora, as mulheres lutam por seus direitos e representações em diversas áreas da sociedade, que foram dominadas pelos homens. No espaço literário, as mulheres têm lutado para serem reconhecidas e valorizadas como escritoras e intelectuais, desafiando as normas patriarcais que as limitavam a participar nesses campos. Elas não se limitam a narrar suas próprias histórias e expressar suas visões únicas, mas desafiam os estereótipos e ampliam o campo das narrativas femininas.

Ademais, as mulheres negras têm mais dificuldades devido à intersecção de gênero e raça, são historicamente negligenciadas e silenciadas. Contudo, essas mulheres têm se levantado para reivindicar o seu lugar e voz, destacando os

problemas específicos enfrentados por mulheres negras e promovendo uma narrativa mais inclusiva e representativa da diversidade feminina. Antonio Cândido (2006) considera

o poeta e escritor transformam tudo que passa por eles, combinando a realidade que absorvem com a própria percepção, devolvendo assim ao mundo uma interpretação própria e subjetiva, longe de ser um mero espelho refletor. Assim, deve-se pensar a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte, assim como a influência que a própria obra exerce sobre o meio. A arte pode então, ser uma expressão da sociedade, não deixando de se considerar o teor de seu aspecto social, ou seja, o quanto ela está interessada nos problemas sociais (Cândido, 2006, p.30).

Assim, os poetas servem-se da palavra poética para dizer de sua militância e demarcar nos contextos sócio-políticos, culturais e literários a força de suas compreensões quanto ao seu papel e a importância dele na construção de novas percepções. Em concomitância com os ideais femininos defendidos por Alda Espírito Santo, as escritoras da diáspora contribuem para a resignificação do sujeito mulher e, principalmente, do sujeito negro feminino numa sociedade que historicamente inviabilizou a apresentação da mulher negra, conduzindo-a a uma condição de pessoa invisível. Dessa forma, essas mulheres escrevem e inscrevem em seus contextos, além de denunciarem, também buscam varrer os vestígios do domínio do colonizador sobre seus corpos negros, para a construção de suas identidades.

Em terras brasileiras, temos várias escritoras que se dedicam a retratar a realidade da mulher preta, como, Elisa Lucinda. Sua poesia aborda temas como identidade, racismo, feminismo e experiências pessoais, oferecendo uma visão única e poderosa sobre a realidade da mulher negra no Brasil. Em sua obra *O Semelhante*, Elisa Lucinda utiliza discursos, que no tocante à afirmação de sua identidade, surgem no fazer literário denunciando o sofrimento e objetificação dos corpos das mulheres negras, que, ao mesmo tempo, foram relegadas ao apagamento social e político pelas rédeas do regime colonial e pela sociedade patriarcal, racista e sexista onde as mulheres, em especial as negras foram historicamente submetidas.

No poema *Mulata Exportação*, Lucinda aborda a figura negra feminina, rebelde quanto às vontades masculinas brancas culpadas por uma visão da mulher negra como produto sexual. No poema, a autora discute o passado colonial e a condição de escravidão imposta ao povo negro, que segundo a própria autora ainda hoje resiste. Lucinda proclama em seus poemas discursos contra a discriminação sexual, racista e

sexista que suas iguais foram e ainda são submetidas em razão de sua raça, sua cor, sua condição social e de seu gênero. Davis (2016) nesse sentido aponta que

o sistema escravista definia o povo negro como propriedade de alguém. As mulheres por sua vez, além de propriedades pessoais eram desprovidas de gênero, sendo antes de tudo, em todas as situações uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, isso porque, as mulheres negras eram continuamente vítimas de abuso sexual e outros maus tratos que só poderiam ser infligidos a elas que eram reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas. (Davis, 2016, p. 19).

A poeta, assim escreve:

Vem nega, vem ser minha desculpa
 Vem que aqui dentro ainda te cabe.
 Vem ser meu álibi, minha bela conduta.
 Vem, nega exportação, vem meu pão de açúcar!
 Minha tonteira minha história contundida.
 Minha memória confundida, meu futebol, entendeu meu gelo?
 Rebola bem meu bem-querer, sou seu improviso, seu karaquê;
 Vem nega, sem eu ter que fazer nada.
 Vem sem ter que me mexer.
 Em mim tu esqueces tarefas, favelas, senzalas, nada mais vai doer.
 (Lucinda, 2007, p. 184).

Nas palavras de Ferreira “Lucinda utiliza os versos para manifestação de uma lírica de rebeldia, de antirracismo, de libertação feminina e de definição dos novos papéis de gênero na sociedade, que afirma traços identitários marcantes no que diz respeito à mulher negra brasileira” (Ferreira, 2005, p. 12). O que conforme Fanon, (2008), “Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” [...] (Fanon, 2008, p. 96).

As obras de Elisa Lucinda, em especial sua poesia, afirmam e constroem a identidade negra feminina partindo da compreensão de um sujeito feminino de expressão negra ancorada no discurso de resistência e apropriação de um lugar de fala que dantes somente era ocupada pela maioria masculina branca, e quando mulheres exerceram esses lugares, elas também eram brancas, cabendo à mulher negra o não lugar na vida, na história e na literatura. Os discursos de Lucinda são discursos de resistência para uma afirmação identitária e resignificação desses lugares de fala. Lucinda e Alda em suas obras redesenham a identidade negra feminina à medida que utilizam a arte literária como espaço para suas reverberações.

Dessa forma, ao ponto que Elisa Lucinda denuncia, em sua escrita, a estigmatização do corpo da mulher negra e a exotização de sua figura feminina, Alda

Espírito Santo, na poética, descreve a participação desta mulher na criação de um espaço representativo para o exercício do poder da voz, o que, segundo as duas autoras, determinará seus espaços de falas e, conseqüentemente, afirmará suas identidades.

O termo “sujeito subalterno”, como definido por Spivak (2018), refere-se àqueles que fazem parte das camadas mais marginalizadas da sociedade, excluídos dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de alcançarem plena integração no estrato social dominante. Em contextos de exclusão semelhantes, Alda Espírito Santo escreve para dar voz às mulheres, crianças e àqueles que faleceram lutando por melhores condições de trabalho nas plantações, clamando pela independência e pelo fim do regime colonial em São Tomé e Príncipe. Ela aborda questões históricas que resultaram no silenciamento e no apagamento social de seu povo.

Alda Espírito Santo emerge como uma figura notável nas Literaturas Africanas de autoria feminina, buscando dignificar a história de sua pátria e de seu povo. Ela demonstra preocupação com o bem-estar de seu povo, com sua consciência política e com a narrativa de resistência de indivíduos marginalizados. Seus poemas representam a luta de seu povo pela liberdade e dignidade, destacando-se pelo engajamento político, denúncia da opressão colonial e celebração da cultura africana. Sua poesia, conforme demonstrado em obras como *É nosso o solo sagrado da terra*, reflete a luta e a esperança de um povo em busca de sua autonomia e reconhecimento. Ela exalta as contribuições dos que foram relegados ao silêncio, trabalhando para preservar sua jornada de luta na memória coletiva.

Além disso, Alda foi uma voz pioneira na promoção dos direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe, ressaltando a relevância de sua participação na luta pela independência e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A poesia não apenas enaltece a força e a resistência das mulheres africanas, como também desafia as normas patriarcais e coloniais que as oprimem.

Alda Neves da Graça Espírito Santo deixou um legado inesquecível como poetisa, ativista e líder política. Sua vida e obra são inspirações para a resistência e a luta pela justiça, liberdade e dignidade, não somente em São Tomé e Príncipe, mas em toda a África. Seu compromisso com a causa da emancipação de seu povo e sua dedicação à promoção da cultura e dos direitos das mulheres continuam a ser um farol de esperança e inspiração para as gerações futuras. Até os dias atuais, Alda

Espírito Santo continua sendo uma voz poderosa que desafia o esquecimento e a invisibilidade da história e da luta de seu povo, uma voz que ressoa com urgência e persistência.

3 POESIA E MEMÓRIA EM É NOSSO O SOLO SAGRADO DA TERRA

A literatura é muito mais do que palavras no papel. Ela é um espelho da humanidade, uma testemunha de nosso passado e uma força que molda nosso futuro. Sua riqueza está na sua capacidade de conectar pessoas, preservar culturas e ampliar nossos horizontes, tornando-a uma parte essencial da experiência humana.

Este capítulo foi organizado em dois aspectos centrais: *Versos da Resistência: A Estética Poética de Alda Espírito Santo* e *É Nosso o Solo Sagrado da Terra como Lugar de Memória*. Quanto ao primeiro tópico, nos preocupamos em analisar a estrutura poética dos poemas, *Vulcão Setenta e Três* e *Herói Nacional*. Já no segundo tópico é mais voltado para a temática memorialística presente nos poemas *CELA NON VUGU*, *Lá no Água Grande*, *Avó Mariana*, *Pela Vez Primeira*, *Giovani*, *Compromisso*, da renomada escritora Alda Espírito Santo.

3.1 *Versos da Resistência: A Estética Poética de Alda Espírito Santo*

REPRESSÃO

Os abutres varrem a face da Terra.
Jamais, jamais enquanto vida eu tiver
Poderei esquecer o horrendo dia
que esta data simboliza.
Marcada a ferrete dentro de mim
Eu solidarizo-me com todas as vítimas
Que sofreram o mesmo suplício.
Que todas as vítimas imoladas
Possam soltar o canto da libertação.
Caxias, Dezembro de 1965
(Santo, 1978, p.125)

No início do século XX, foi fundada a Associação para Estudos da Linguagem Poética (OPIAZ), tendo como foco principal o estudo entre a poética e a linguagem. Uma das principais características da OPIAZ era a recusa em considerar elementos não literários em sua análise, ou seja, a compreensão das obras literárias deveria ser feita pelo estudo da linguagem e isso requer uma abordagem mais aprofundada na estrutura linguística, nos recursos estilísticos e nas técnicas empregadas pelo autor.

Nessa perspectiva, Viktor Chklovski (1973), a poesia visa a “contemplanção estética” (Chklovski, 1973, p. 42). Dessa forma, ao criar poesia, o poeta frequentemente tem em mente a intenção de despertar uma resposta emocional, sensorial e intelectual no público. Eles moldam suas palavras e imagens para criar

uma experiência estética que possa despertar reflexões e admiração. A percepção estética depende da interpretação de cada um, mas tem como finalidade estimular uma resposta que ultrapasse a compreensão dos fatos ou da informação transmitida pelo texto poético. Para Chklovski (1973), a poética

é um dos meios de criar uma impressão máxima. Com meio, na sua função, é igual aos outros procedimentos da língua poética é igual paralelismo simples e negativo, é igual à comparação, à repetição, assimetria, à hipérbole, é igual a tudo porque se chama uma figura, é igual a todos os meios próprios para reforçar a sensação produzida por um objeto (numa obra, as palavras e mesmo os sonhos podem também ser objetos), mas a imagem poética tem apenas uma semelhança exterior com as imagem-fábula, a imagem pensamento (Chklovski, 1973, p. 42).

A poesia usa uma variedade de técnicas linguísticas para causar um impacto, sua essência está na capacidade de capturar e comunicar essas imagens-pensamentos de forma única e memorável. Dessa forma, “a poesia é uma maneira particular de pensar, a saber um pensamento por imagens; esta maneira traz uma certa economia de energias mentais, uma “sensação de leveza relativa”, e o sentimento estético não passa de um reflexo desta economia” (Chklovski, 1973, p. 39), ou seja, a poesia, ao fugir da linguagem cotidiana oferece uma perspectiva estética e não econômica. Segundo Chklovski (1973),

a ideia da economia de energia como lei e objetivo da criação é talvez verdadeira no caso particular da linguagem ou seja, na língua cotidiana; estas mesmas ideias foram entendidas a língua poética, devido ao não reconhecimento da diferença que opõe as leis da língua cotidiana as leis da língua poética (Chklovski, 1973, p. 43).

Essa economia de energia mental pode ser uma preocupação na linguagem coloquial, onde a comunicação precisa ser rápida e eficiente é, muitas vezes, prioridade, enquanto na linguagem poética não tem relevância. A poesia procura sobressair nas limitações da linguagem comum, empregando técnicas como metáforas, ambiguidade, construções semânticas e ritmo para criar uma experiência estética particular ao texto poético. “O discurso poético é um discurso elaborado” (Chklovski, 1973, p. 55). O discurso poético requer uma maior elaboração linguística, o uso frequente de figuras de linguagem, imagem poética, ritmo, métrica e outras técnicas estilísticas.

Entretanto, para Leon Trotsky (1973) em *A Escola Poética Formalista e o Marxismo*, destaca a abordagem reducionista dos formalistas que se concentram nas

análises de textos poéticos apenas em aspectos sintáticos e estilísticos, como contagem de sílabas que apesar de ser “necessária e útil, porém devemos entendê-la como parcial, fragmentária, subsidiária e preparatória” (Trotsky, 1973, p.72), contudo, a abordagem dos formalistas podem auxiliar os poetas a compreenderem as técnicas poéticas e as peculiaridades da estética. Entretanto, Trotsky (1973) afirma que a escola formalista

parece a exportar-se para ser objetiva; está desgostosa, e não sem razão, com as arbitrariedades da crítica literária que só trabalha de acordo com os gostos e caprichos. Busca critérios precisas de classificação de valoração, mas, devido à sua visão e métodos limitados, cai constantemente em superstições como grafologias ou a frenologia essas duas escolas têm como tarefa estabelecer as provas objetivas para determinar o caráter do homem, o número de curvas e linhas retas de sua escrita bem como as protuberâncias de seu crânio. [...] Depois já veio contatos adjetivos e já tendo pesados versos e medidas ritmos, um formalista permanece em silêncio com a expressão de um homem que não sabe que caminho tomar ou largar uma generalização inesperada que contém cinco por cento de formalismo e noventa e cinco por cento de instituição da espécie mais privada de crítica (Trotsky, 1973, p.78).

Dessa forma, a concepção formalista da criação poética é reduz a uma simples combinação de sons ou palavras. Trotsky (1973), sugere que, se considerarmos a poesia como uma questão da influência linguística, podemos criar todas as obras do mundo apenas manipulando as palavras de um dicionário “e criareis, por meio de combinações e permutas de palavras, todas as obras poéticas do mundo, as passadas e as futuras” (Trotsky, 1973, p.78). A Poesia, para Trotsky, é uma forma de expressão humana que vai além da combinação de palavras. A beleza e o significado da poesia estão na capacidade do poeta de transmitir emoções, experiências e reflexões.

Trotsky (1973) comenta que o poeta encontra a base para a sua arte em seu meio social. Ele capta os novos impulsos da vida através de sua consciência artística e os transmite por meio da linguagem. A interação entre o poeta, a sociedade e a linguagem permitem elaborar novos pensamentos e sentimentos poéticos, que exploram o subconsciente e abre caminhos para a expressão artística. Se não houvesse mudanças na psicologia, produzidas pelas mudanças no ambiente facial, não existiria movimento na arte dois pontos de uma geração a outra (Leon Trotsky, 1973. p. 75). Dessa forma, a arte estaria sujeita à estagnação, presa às formas e ideias do passado. Assim, segundo Trotsky (1973) as

novas necessidades artísticas e as exigências de novos pontos de vistas literários e artísticos são estimulados pela economia através do

desenvolvimento de uma nova classe e, em menor grau, nas mudanças na sua situação, sobre a influência de um aumento da própria riqueza e de seu poder cultural. A criação artística é sempre um retorno complexo às formas antigas, sobre a influência de novos estímulos, que nascem fora da arte. Em sentido lato, a arte é subordinada; não é um elemento distinto que é nutre de si, mas uma função do homem social de indissolivelmente ligada à sua vida e a seu ambiente (Trotsky, 1973, p. 83).

Nessa perspectiva, temos o poema *Vulcão Setenta e Três*:

VULCÃO SETENTA E TRÊS

[01] Cratera em ebulição
 [02] Lavas de destruição
 [03] Sinos ecoando longe
 [04] Mesquitas avassalando
 [05] Torres milenárias
 [06] Dos profetas dos templos.
 [07] Sinais de novos tempos
 [08] Na aurora do futuro.
 [09] Atabaques ressoando
 [10] A sementeira fertilizada
 [11] Na ara do sacrifício cruento.
 [12] A grandeza dos heróis
 [13] Sepultados na cratera
 [14] setenta e três
 [15] São os bastiões dos filhos da fome
 [16] Gritando o fim da solidão
 [17] Da era do silêncio. (Santo, 1978, p.129)

Vulcão Setenta e Três é um poema que explora a metáfora erupção vulcânica, evocando imagens dramáticas e transformadoras desse fenômeno natural que caracterizam com as mudanças significativas na sociedade, na cultura, na história desse povo e, principalmente, foca nas revoluções para a conquista da independência de São Tomé e Príncipe.

Quanto a sua estrutura, o poema dispõe de dezessete versos curtos, com modulações de ritmo livre e rompe completamente os limites dos versos metrificados, ou seja, não há preocupação com rima, ou métrica, o que podemos perceber nos versos: “Cratera em ebulição”, “Torres milenárias” e “A sementeira fertilizada”, onde cada um possui 7, 5 e 9 sílabas poéticas.

O verso “Cratera em ebulição” cria uma atmosfera de intensidade e caos, despertando uma tensão e antecipa uma transformação iminente. O vulcão é a personificação da mudança radical, acompanhado de “Larvas da destruição”, que intensificam a força destrutiva do vulcão, aniquilando tudo ao seu redor. Além de afetar significativamente as estruturas materiais, essa destruição representa uma alteração drástica e tumultuosa na sociedade santomense. Diante de imagens de devastação,

o eu lírico sugere um novo começo. Com o verso “Atabaques ressoando” marcam o ritmo da “sementeira fertilizada”, simbolizando o renascimento após a desolação.

No poema, o sujeito poético, mediante um olhar sensível, utiliza-se da sinestesia para explorar os limites da percepção humana, ou seja, desafia-nos a enxergar a revolta santomense não apenas com os olhos, mas com todos os sentidos, como podemos observar nos versos 3 e 9. Em “Sinos ecoando longe”, o som dos sinos nos remete a uma imagem sensorial, que nos dá a sensação de dois sentidos: a audição (ecoando), e visão (longe). No verso “Atabaques ressoando”, é sugerido o sentido da audição (ressoando) associada ao tato, o atabaque, um instrumento musical de percussão africana.

Em disposição ao tema central, a transformação e resistência de um povo, o eu lírico usufrui de palavras como “sinais”, “futuro”, “sacrifício cruento” e “solidão” nos remetendo a profundidade nas questões defendidas, clamando por justiça e liberdade. Por fim, *Vulcão Setenta e Três* é um relato poético que faz analogias entre a destruição e o renascimento, o desespero com o passado doloroso e a esperança que o futuro pode trazer. Assim como a natureza, o meio social e a história de um povo estão sujeitos a mudanças que podem ser traumáticas, mas trazem, consigo, mensagem de novos começos e oportunidades.

Continuando a análise do percurso estilístico de Alda Espírito Santo, temos o poema *Herói Nacional*:

HERÓI NACIONAL

- [01] Herói não é um homem isolado
- [02] Herói é um povo em marcha pela liberdade
- [03] A força do herói é a determinação do povo decidido
- [04] Saibamos povo irmão
- [05] Seguir a trajectória do militante
- [06] tombado na hora da repressão
- [07] Pela vitória da liberdade
- [08] Seis de Setembro não é um dia de tristeza
- [09] É o triunfo da luta do povo
- [10] Os heróis do povo exigem a continuação
- [11] da luta pela reconstrução nacional
- [12] A independência é a glória dos heróis
- [13] No sacrifício diário do Homem vigilante
- [14] Unido a setenta mil, massa do povo
- [15] Olvidando o eu zero à esquerda isolado
- [16] Pela ambição pessoal.
- [17] Povo de S. Tomé e Príncipe
- [18] Esta data nacional
- [19] É o juramento do povo
- [20] Respeitando o sangue dos mártires
- [21] Palmilhando o trilho da liberdade,

[22] Pela República Democrática de S. Tomé e Príncipe

[23] Verdadeiramente livre e independente.

S. Tomé, 6 de Setembro de 1975

(Santo, 1978, p.109)

O poema Herói nacional apresenta uma reflexão sobre o conceito de heroísmo e a busca pela liberdade em São Tomé e Príncipe. A narrativa, apresentada pelo sujeito poético, ultrapassa os limites da individualidade e destaca o poder da coletividade na conquista da independência. Essa ideia é apresentada no primeiro verso “Herói não é um homem isolado”. Essa afirmação persiste durante toda a composição do poema, dando ênfase a ideia de que o verdadeiro heroísmo não é baseado nas ações de uma pessoa em específico, mas na força de um povo em busca de sua libertação.

O poema é composto por vinte e três versos alternados em curtos e longos, com ritmo e metrficação livres e apresenta marcas da oralidade, ou seja, houve uma transposição da linguagem coloquial para a escrita literária, como podemos ver nos versos: “Herói é um povo em marcha pela liberdade”, “Seis de Setembro não é um dia de tristeza” e “A independência é a glória dos heróis”.

A introdução da língua falada nos poemas de Alda Espírito Santo é um dos recursos mais utilizados por toda obra poética. A linguagem coloquial, dada por sua simplicidade e facilidade de compreensão, é usada nos poemas da autora para enfatizar a relevância de atingir público maior, que não se limita à sua terra natal, mas alcançar um número maior de pessoas em todo o continente africano, uma vez que ocorreram grandes movimentos libertários contra Portugal.

O poeta pode escrever um texto literário com características da linguagem cotidiana, assim, ocasiona o afastamento da rigidez da linguagem formal. Da mesma forma que o verso metrificado impõe limitações rítmicas, o aspecto gráfico do verso longo, com suas linhas expandidas para além dos limites tradicionais do verso metrificado, reforça a sensação de liberdade, assim a subjetividade do poeta seja liberada sem restrições.

Por todo o poema, Alda Espírito Santo usa várias figuras de linguagem, como a metáfora e metonímias, para transmitir a mensagem de luta, coletividade e triunfo perante a vitória na conquista da independência de São Tomé e Príncipe. Por meio de metáforas, como “Herói é um povo em marcha pela liberdade” que atribui as qualidades do “herói” a todo um grupo, e metonímias, como no verso “Seis de Setembro não é um dia de tristeza”, a data representa o Dia das Forças Armadas,

quando os soldados pertencentes ao exército colonial resistiram às ordens coloniais contra o povo santomense que lutava pela independência.

Em seus poemas *Vulcão Setenta e Três* e *Herói Nacional*, Alda Espírito Santo explora a poética ao retratar os movimentos libertários e desafiar as convenções tradicionais da poesia. Utilizando uma linguagem informal, próxima à oralidade, Espírito Santo amplifica sua mensagem atingindo diretamente todos que tiveram a oportunidade de conhecer sua poesia. Dessa forma, seus poemas são um manifesto de uma busca incessante por liberdade e justiça.

3.2 É Nosso o Solo Sagrado da Terra como Lugar de Memória

A literatura é arte que externa a imagem do autor (poeta) e lhe mostra o caminho do existir. Octavio Paz (1982) neste mesmo sentido acrescenta: “O poema, ser de palavras, vai mais além das palavras e a história não esgota o sentido do poema; mas o poema não teria sentido – nem sequer existência – sem a história, sem a comunidade que o alimenta e à qual alimenta” (Paz, 1982, p. 225), em outras palavras, o poema vai além das palavras, sua existência e significado estão enraizados na história e na comunidade que o cercam. Isso destaca como a literatura não é apenas uma forma de expressão individual, mas é uma manifestação da cultura e da experiência coletiva. Ela é moldada pelo contexto histórico e social em que é criada e, por sua vez, contribui para a compreensão e a representação desse contexto.

Os sentimentos, as ideias e as lutas das pessoas daquela época são refletidas nas entrelinhas de um poema ou nas narrativas de um romance. A literatura se torna um arquivo vivo das vozes do passado, uma maneira de acessar a perspectiva e os valores de gerações anteriores.

Angela Davis (2016) observa: “a verdadeira liberdade só surge com o conhecimento, com o despertar para a consciência” (Davis, 2016, p. 13). Davis nos instiga a pensar o quão poderosa a capacidade da literatura, que possui o potencial de ser uma ferramenta transformadora, capaz de despertar a consciência das pessoas, iluminar questões sociais e políticas e contribuir para a luta por justiça e igualdade. Através da literatura, as vozes destinadas ao silenciamento na sociedade podem ser libertas. Assim, vários escritores que vivem na condição de subalternizados podem retratar as realidades de grupos marginalizados e oprimidos, dando voz às suas vivências nada agradáveis. Ao fazer isso, a literatura não apenas expõe a

opressão, mas oferece um meio para confrontá-la de maneira intelectual e emocionalmente marcante.

Para Bourdieu (2005), a literatura é importante espaço onde as lutas simbólicas pela representação e pelo significado ocorrem. A literatura não se restringe a ser uma forma de entretenimento, mas também um campo onde as ideias são contestadas, hierarquias culturais são desafiadas e a consciência crítica pode ser cultivada.

De acordo com Cuti (2010), a poesia é vista como uma ferramenta poderosa que vai além das limitações históricas. Ela desafia e desmistifica as estruturas de poder que os seres humanos impõem uns sobre os outros. A palavra poética emerge como um veículo que capacita o escritor a conferir significado e profundidade às questões que cercam a sociedade.

Assim, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Cuti, 2010, p. 91), em outros termos, os escritores possuem a capacidade de evidenciar a verdade, desse modo, eles detêm o poder de definir e moldar a identidade de grupos. Isso destaca a importância da poesia como uma forma de expressão que oferece uma voz a indivíduos marginalizados e ajuda a reivindicar sua identidade cultural e social.

Vejamos o poema a seguir:

CELA NON VUGU

Cinco séculos estrangeiros no solo pátrio
 Regressamos do exílio da exploração
 Expulsando com a força do povo
 O colosso colonial e seus sequazes.
 A máquina orquestrada do colono
 Sequelas legou no palco montado
 Instalado para eternizar.
 Mas eterna na perenidade do tempo
 É a alavanca do reconstruir
 Desmontando tronos seculares
 Injustiças cavadas nas montanhas
 Levantando das ruínas dos pântanos
 Um povo em marcha que avança (Santo, 1978, p. 181).

Em primeira instância, podemos observar o título do poema *CELA NON VUGU*, escrito em crioulo, é possível traduzi-lo como “Temos que avançar”. O sujeito poético introduz uma narrativa que aborda o levante do povo santomense contra o domínio colonial português, que perdurou por quinhentos anos. Conforme Gerard Seibert (2015), em seu trabalho *Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social* (2015), a sociedade santomense, antes da

independência, estava dividida em três categorias distintas: “no topo da hierarquia colonial estiveram os colonos brancos, no meio os crioulos e, no fim, os contratados africanos” (Seibert, 2015, p. 101), mas essa estrutura colonial tornou-se vulnerável no século XX, com os “forros” (termo que designa os libertos) constituindo a maioria.

Durante todos esses quinhentos anos, a busca por melhores condições de vida e o combate à opressão colonial levaram a numerosos conflitos. A sociedade santomense enfrentou desafios como a exploração capitalista, a miséria, a opressão e a luta pela subsistência, uma vez que as más condições de trabalho nas plantações eram uma realidade constante. Infelizmente, muitos desses conflitos resultaram em tragédias, com a perda consideráveis de vidas que ansiavam pelo bem-estar das ilhas, que consideravam seu lar, e pela realização da tão sonhada independência. De acordo com Frantz Fanon (1961),

o período de opressão é doloroso, mas o combate, ao reabilitar o homem oprimido, desenvolve um processo de reintegração que é extremamente fecundo e decisivo. O combate vitorioso de um povo não consagra unicamente o triunfo de seus direitos. Proporciona a esse povo densidade, coerência e homogeneidade. Porque o colonialismo não fez senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador (Fanon, 1961, p. 257).

Diante do poema *CELA NON VUGU*, o eu lírico expõe que as sequelas deixadas pelo colonialismo marcam a história dessa pequena nação e permanecem na memória da população santomense. Essa história ressoa profundamente como um testemunho da resiliência e determinação do povo santomense em sua luta por justiça, igualdade e liberdade. O poema é um convite para avançar, superar os desafios do passado e buscar um futuro melhor e mais justo para a população de São Tomé e Príncipe.

Segundo Candau (2011), as memórias do infortúnio deixam traços compartilhados por aqueles que sofreram e, assim, modificam eminentemente suas personalidades, para ele “o sofrimento em comum une mais do que a alegria” (Candau, 2011, p. 151) e esse “passado que não passa provoca feridas de memória tanto mais dolorosas quanto os problemas memoriais se conjugam com os problemas identitários” (Candau, 2005, p. 135).

O sofrimento coletivo, como resultado do colonialismo, serviu como um elo poderoso que uniu o povo santomense em sua busca pela independência. Essas memórias dolorosas não apenas despertaram um profundo senso de justiça, mas

desempenham um papel fundamental na formação da identidade nacional. Graças a essas memórias e ao desejo ardente de evitar a repetição de infortúnios passados, São Tomé e Príncipe alcançou sua independência em 12 de julho de 1975. Esse momento histórico marcou o início de uma jornada em direção a uma sociedade mais justa e livre, onde todos os cidadãos têm direitos perante a justiça.

De acordo com Candau (2005),

a memória apresenta uma vantagem adaptativa evidente: ele pode tirar ensinamentos das suas experiências anteriores, ou seja, organizar a sua ação presente e planificar a sua ação futura em função daquilo que o seu passado lhe ensinou. Efetivamente, a memória não se limita ao registrar do passado: geradora de hipóteses e simuladora de ação, ela é também voltada para o futuro, a recordação das nossas experiências, permitindo-nos perspectivar os cenários para o que há de vir (Candau, 2005, p. 37).

Na obra é perceptível a presença de eu líricos que canta as ruínas históricas de São Tomé e Príncipe, mas no poema *O mundo da criança*, destaca-se um sujeito poético sonhador, que anseia por um futuro “cheio de luz/ de flores e de alegria” (Santos, 1978 p. 41) para as crianças, para ele enquanto o seu corpo tiver uma vida a “Palpitar dentro de mim/ Eu prosseguirei/ no meu sonho/ De tentar/ Construir para ti/ Uma história bela” (Santos, 1978 p. 42). Este eu lírico idealiza um mundo repleto de luz, flores e alegria, demonstrando um profundo desejo de construir uma narrativa mais bela e promissora para as gerações vindouras.

Essa visão esperançosa contrasta com as lembranças dolorosas do passado colonial, presentes no poema *CELA NON VUGU*, o eu poético relembra o passado, comenta sobre o fim do regime colonial e cria expectativas para uma reconstrução do país. Dessa forma, a memória coletiva une o povo em sua luta contra o colonialismo e fornece orientação para a construção de um futuro mais ‘digno’. Segundo Candau (2005), a memória é, ao mesmo tempo, retrospectiva e prospectiva, regressa ao passado para projetar um futuro, para ele o papel da memória é de preparar a ação futura.

Maurice Halbwachs (2006), expõe que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2006, p.30).

Alda, através de sua escritos poéticos, cria um eu lírico que atua como uma voz que lembra o povo santomense de sua história, resistência e identidade, afirmando que o país pertence aos santomenses e convocando-os para a luta contra o

colonialismo, esse sujeito poético evocação de eventos históricos, como a resistência dos angolares e o massacre de Batepá, uma jogada política do governador Carlos Gorgulho (1945 - 1953) fez para afetar os forros que trabalhavam na administração colonial, provocando a morte muitos inocentes, serve como um lembrete poderoso das injustiças passadas e das lutas do povo. Alda Espírito Santo, por meio de seus escritos poéticos, cumpre a importante função de preservar e transmitir essas memórias, bem como inspirar a luta por um futuro melhor.

Grande parte dos poemas presentes na obra caracterizam-se na defesa dos oprimidos, principalmente mulheres e as crianças:

Lá no Água Grande

Lá no «Água Grande» a caminho da roça
negritas batem que batem co'a roupa na pedra.
Batem e cantam modinhas da terra.

Cantam e riem em riso de mofa
histórias contadas, arrastadas pelo vento.

Riem alto de rijo, com a roupa na pedra
e põem de branco a roupa lavada.

As crianças brincam e a água canta.
Brincam na água felizes...
Velam no capim um negrito pequenino.

E os gemidos cantados das negritas lá do rio
ficam mudos lá na hora do regresso...
Jazem quedos no regresso para a roça
(Santo, 1978, p. 85).

O poema *Lá no Água Grande*, de Alda Espírito Santo, oferece um retrato vívido de uma situação cotidiana que, à primeira vista, parece ser uma cena simples de mulheres lavando roupas à beira de um rio, cuidando das crianças e desfrutando de momentos de alegria. No entanto, à medida que o poema avança, revela-se uma narrativa profundamente triste e impactante.

O contraste entre a aparente felicidade das mulheres e crianças na margem do rio e o silêncio que se instala quando eles retornam à roça é a representação de uma realidade histórica dolorosa. Os “contratados”⁵, mencionados no último verso, eram indivíduos que foram recrutados, sob falsas promessas, e forçados a trabalhar nas roças de cacau e café de São Tomé e Príncipe após a abolição da escravatura. Os “contratados” foram arrancados de suas terras natais, sequestrados, e transportados

⁵ Ou serviçais.

em condições desumanas para São Tomé e Príncipe. O silêncio, como mencionado no poema, era uma imposição cruel que os obrigava a não perturbar os senhores, perpetuando assim a injustiça e a exploração.

Halbwachs (2006) explica que

talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que recordamos, do ponto de vista desse grupo (Halbwachs, 2006, p. 41).

A presença de um sujeito poético que se dedica vociferar a situação dos ‘contratados’ é impressionante, pois, de acordo com Gerard Seibert (2015), os contratados provenientes de Angola e Moçambique “viveram separados da população crioula nas plantações e foram excluídos da participação na sua vida social” (Seibert, 2015, p. 101), mas a luta pela independência e, conseqüentemente, a conquista da liberdade era favorável a todos.

Segundo Pollak (1992), mesmo que esses lugares de memória não pertençam à vida cotidiana de uma pessoa ou de um grupo, mas por devido à socialização política e/ou histórica, desenrole uma identificação, ou seja, “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (Pollak, 1992, p.203), assim, mesmo que o eu poético não pertença à classe social dos contratados, mas sua sensibilidade e empatia permite que ele verse sobre as duras realidades enfrentadas por esse grupo marginalizado.

No que diz respeito à vida dos contratados, vejamos o poema *Avó Mariana*:

AVÓ MARIANA

Avó Mariana, lavadeira
dos brancos lá da Fazenda
chegou um dia de terras distantes
com seu pedaço de pano na cintura e ficou.
Ficou a Avó Mariana
lavando, lavando, lá na roça
pitando seu jessu
à porta da sanzala
lembrando a viagem dos seus campos de sisal,

num dia sinistro
p'ra ilha distante
onde a faina de trabalho
apagou a lembrança
dos bois, nos óbitos

lá no Cubal distante.

Avó Mariana chegou
e sentou-se à porta da sanzala
e pitou seu jessu
lavando, lavando
numa barreira de silêncio. (p.51)

- Os anos escoaram
lá na terra calcinante
- «Avó Mariana, Avó Mariana
é a hora de partir.
Vai rever teus campos extensos
de plantações sem fim».

- «Onde é terra di gente?
Velha vem, não volta mais...
Cheguei de muito longe,
anos e mais anos aqui no terreiro...
Velha tonta, já não tem terra
Vou ficar aqui, minino tonto».

Avó Mariana pitando seu jessu
na soleira do seu beco escuro,
conta Avó Velhinha
teu fado inglório.
Viver, vegetar
à sombra dum terreiro
tu mesmo Avó minha
não contarás a tua história.

Avó Mariana, velhinha minha,
pitando teu jessu
na soleira da sanzala
nada dirás do teu destino...
Porque cruzaste mares, avó velhinha,
e te quedaste sozinha. (Santo, 1978, p. 51-52).

Inicialmente, este poema nos faz pensar que é a história de uma mulher idosa, proveniente de outra região da África, que se estabelece em uma fazenda e dedica seus dias à lavagem de roupas. Avó Mariana não é apenas uma personagem singular, mas a representação viva de uma geração que enfrentou dificuldades na travessia transatlântica e na busca por melhores condições de vida. De acordo com Negreiros, “o principal elemento trabalhador d’esta colônia é representado pelo serviçal que importâmos d’Angola” (Negreiros, 1923, p. 255).

Na primeira estrofe, podemos notar o início da odisséia de D. Mariana, com a chegada em terras desconhecidas e portando um “pedaço de pano na cintura”, que não é apenas um adereço, mas é um testemunho físico de sua jornada, “e ficou” dedicando a sua vida lavando roupas do patrão, o proprietário da fazenda. O único objeto que permanece como seu e aparece diversas vezes durante o poema é o jessu,

uma espécie de cachimbo, na qual fuma “lembrando a viagem dos seus campos de sisal”.

Para Pierre Nora (1993),

a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde consentimento de uma memória esfarelada, mas onde eu esfarelamento desperta ainda a memória suficiente para que possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Para D. Mariana, permanecer à porta da sanzala é retomar as lembranças “onde a faina de trabalho/apagou a lembrança”. Nora (1993), nos convida a refletir sobre a importância da preservação da memória num mundo em constante mudanças. Nesta história, a personagem apresenta vestígios de memórias que se perderam com a permanência em uma terra desconhecida. Isso, aliado ao trabalho árduo, causou uma ruptura com o seu passado, o que resultou no esfarelamento de sua memória. A ação de fumar o cachimbo permite retomada de alguns vestígios suficientes para a “materialização” das lembranças. Enquanto suas memórias ultrapassam as fronteiras do tempo e espaço, um silêncio angustiante está à sua volta, indicando uma barreira entre o passado e o presente, entre a origem e a nova morada.

Um fato interessante mencionado em diferentes versos do poema, é a ação da senhora de se sentar na porta da senzala. Almada Negreiros (1923), no capítulo intitulado *Serviçal*, retrata a vida na senzala, que era o local onde os “contratados” moravam. Ele descreve que

quando o horizonte começa a aclarar, as nuvens se vão dissipando e as gottas pezadas do orvalho começa a brilhar pela plantação, o sino da roça, n'uma especie d'alvorada do trabalho, cadenciada e forte, desperta os moradores da senzalla que se estende pela encosta com sua variedade de cubatas sem alinhamento (Negreiros, 1923, p. 266).

Negreiros (1923), fornece detalhes sobre a rotina na senzala, registrando o início de um novo dia de trabalho e a distribuição de tarefas. Soar do primeiro sino, surgem “os caseiros em busca da sua gente. Lá vem os *empregados brancos* e o *patrão* estremunhado” (Negreiros, 1923, p. 266). O segundo toque do sino indica a forma da manhã. Homens e mulheres se separam em duas alas, criando uma imagem que, para Negreiros, é visualmente interessante, com “a variedade dos pannos dá um tom agradável, á perspectiva” (Negreiros, 1923, p. 266). Enquanto o patrão faz a

chamada, os capatazes examinam as pessoas, verificando se elas estão com *machim* e *coale*, instrumentos necessários para o trabalho ao longo daquele dia.

Durante a chamada, os serviçais permaneciam “alinhados, mudos, de uma mudeis respeitosa de selvagens aguardam a ordem de largar para o trabalho. A um gesto do patrão grande toda aquela gente se põe em movimento, gesticulando muito, falando alto, na diversidade de seus dialetos” (Negreiros, 1923, p. 266). Negreiros (1923) relata que havia apenas uma pausa para o almoço, onde ele descreve a senzala como “um barulho infernal”. A descrição do alvoroço adiciona uma atmosfera densa e sensorial à cena, ressaltando a agitação e a vida presente na senzala, apesar das condições difíceis e opressivas onde os escravos viviam. Entretanto, o sino ressoa como um chamado para a retomada do trabalho e “lá vae toda aquella gente, n’uma linha que serpenteia e se parte a cada instante, reencetar os serviços que propiciou ao nascer do sol” (Negreiros, 1923, p. 271).

Ao anoitecer, os contratados eram obrigados a apresentar um feixe de capim ou lenha durante a forma da noite, e dada a ordem de dispensar todos voltam a senzala para cozinhar sua refeição. E,

“a’s 9 hora da noite o sino badala ainda o *toque de recolher*; e, desde então, tudo é socego na roça. O borborinho da senzalla reduz-se ao cochichar medroso dos serviçaes nas *ubatatas*, que se amontoam na vertente da montanha, próximo ao terreiro, confundindo-se com as árvores pouco altas da plantação que as rodeia (Negreiros, 1923, p. 272).

Retomando ao poema, no decorrer dos anos, “lá na terra calcinante”, o sujeito poético nos apresenta uma nova voz que desperta o interesse pela sugestão de partida. “Avó Mariana, Avó Mariana / é a hora de partir”, sugerindo o retorno para seu local de origem. No entanto, a resposta da avó Mariana, difere do esperado, a “velha” está longe de sua terra natal e a falta de esperança faz com que ela acredite que nunca retornará. O verso “anos e mais anos aqui no terreiro” sugere que ela passou muito tempo em São Tomé e Príncipe, mas o seu jessu é uma forte ligação com a origem. Para Halbwachs (2006),

não há na memória vazia absoluto, ou seja, regiões do nosso passado a esta altura saídas de nossa memória que qualquer imagem que ali projetamos não pode se agarrar a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, uma representação histórica que permanecia exterior a nós (Halbwachs, 2006, p.97).

A história de D. Mariana envolve a travessia de oceanos, mas, curiosamente, a descoberta de si mesma. Apesar das promessas, a jornada não trouxe a liberdade

desejada, mas sim a solidão. *Avó Mariana* é mais do que um poema, é uma odisseia que nos faz confrontar as marcas indelévels da diáspora e as vidas formadas através dessa experiência. A avó Mariana, com sua resistência e solidão, é uma voz que se propaga através das páginas da narrativa, lembrando-nos da necessidade de reconhecer e compreender as narrativas silenciadas que moldam o tecido da experiência humana.

Em continuidade às nossas análises memorialísticas dos poemas de Alda Espírito Santos, temos o poema *Pela Vez Primeira*:

PELA VEZ PRIMEIRA

Em frente da Câmara o colorido lenço das sanguês
 Cestas à cabeça, vozear sem fim...
 Uma voz se levanta.
 Vão falar pela vez primeira.
 - O vendaval de Fevereiro desceu à Ilha.
 Os filhos não têm pai.
 Eles dormem no mar de Fernão Dias
 Nas brigadas de trabalho
 Na hora trágica da morte cruel.
 As mães vêm à cidade vender
 Mas o caroço não tem venda.
 As lojas não compram
 Assim reza a lei.
 E elas levantam o estandarte da fome
 Naquela quente manhã dum mês qualquer.
 Um grupo sobe ao palácio
 E elas pedem o direito de vender
 A voz da fome não tem lei.
 Pela vez primeira as sanguês vão falar.
 Suas vozes sobem na onda da fome
 E o caroço já tem venda. (Santo, 1978, p.141)

Pela Vez Primeira, retrata a participação da mulher na luta pela independência de São Tomé e Príncipe. Um grupo de sanguês (senhoras) se reúne em frente à Câmara para protestar contra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no período colonial. Alda Espírito Santo (1978), através de seus escritos poéticos, sempre enfatiza a importância da figura feminina, como integrante da sociedade, na luta pela emancipação de seu povo e ao avanço social. Em suas palavras,

situando-nos todos do mesmo lado da canoa, a mulher do mundo, a mulher africana, minha irmã, parte integrante dum todo que é o ser social, uma longa marcha, mais longa ainda pelas instituições que remontam às narrações bíblicas, tem de brandir a espada pela emancipação dos povos, e, portanto, pela sua afirmação na luta pelo progresso, pelo grande passo que romperá as barreiras de todas as discriminações. A mulher africana duplamente colonizada, escrava doméstica, serva da colonização, tem uma missão secular a desempenhar na etapa da libertação (Santo, 1978, p. 20).

Uma voz se destaca, pronta para pronunciar-se pela primeira vez, e começa a rememorar eventos passados que são motivos para a manifestação. O primeiro acontecimento retrata o ponto de partida para as revoltas contra o sistema colonial, destacados nos seguintes versos: “O vendaval de Fevereiro desceu à Ilha. / Os filhos não têm pai. / Eles dormem no mar de Fernão Dias/ Nas brigadas de trabalho/ Na hora trágica da morte cruel”. A experiência dolorosa do massacre de Batepá, tema recorrente nos textos poéticos de Espírito Santo, demonstra a capacidade do povo de se unir e resistir fortemente à opressão. O mar de Fernão Dias, agora é o local de descanso eterno para muitas vítimas desse crime.

Na perspectiva de Halbwachs (2006), a memória, embora pareça individual e isolada, é moldada pelas interações sociais e pelas experiências compartilhadas. Ao reintegrarmos as nossas lembranças em um espaço e tempo compartilhados com outros, reconhecemos que a nossa compreensão do passado é influenciada pelas interpretações coletivas. As datas e os eventos que recordamos têm significado para os grupos nos quais fazemos parte. Para Halbwachs (2006),

nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto (Halbwachs, 2006, p.79).

Os versos narram a dificuldade das mães, num esforço para manter a subsistência, vêm à cidade com as suas mercadorias, mas os caroços que carregam não são vendidos, pois as lojas, conforme a lei, não os compram e, sem a venda, ocasiona a fome. Diante deste cenário, organizadas em grupos, as mulheres reivindicam o direito de vender. A voz da fome, diferente das leis que as impedem, não tem limites. Diante a todas as angústias versificadas, o poema termina com a venda dos caroços. O poema revela a urgência e a bravura dessas mulheres em expressar suas dificuldades durante a época colonial de São Tomé e Príncipe e enfatiza coletividade como agente transformador da realidade.

Para Octavio Paz (1982), o poema não é uma obra individual do poeta, mas “se nutre da linguagem viva de uma comunidade, de seus mitos, seus sonhos e suas paixões, isto é, sua tendência é mais secreta e poderosa” (Paz, 1982, p. 50). Além disso, o poema desafia as regras sociais estabelecidas, questionando as estruturas de poder e mostrando as injustiças. Alda Espírito Santo foi a voz da resistência e

protesto em São Tomé e Príncipe, usando seu dom para a poesia para versificar a opressão colonial e promover a mudança social.

De acordo com Cristiano Augusto da Silva, “o poema de resistência tem hoje de recuperar, ressignificar e potencializar questões passadas, principalmente ligadas a traumas coletivos” (Silva, 2022, p.165). Em algumas ocasiões, os poemas são escritos em um ambiente de violência e muitos poetas sentem a necessidade de denunciar injustiças, registrar momentos históricos e preservar a memória coletiva. Neste caso, a poesia pretende mobilizar e conscientizar o público.

Partindo dessa perspectiva, *Giovani*:

GIOVANI

As últimas balas coloniais
 Descarregaram toda uma epopeia sangrenta
 No corpo de Giovani estirado na via pública.
 As últimas balas à hora do meio-dia
 Badaladas decisivas
 do Relógio da Revolução
 Sepultaram o colonialismo
 No cadafalso do Povo.
 Giovani caído na praça
 É o corpo do povo mil vezes assassinado.
 As últimas balas coloniais
 No corpo de Giovani
 À hora do meio-dia
 Marcam a presença de Giovani
 Presente na Revolução.
 A morte, um incidente colonial.
 Os tiros, a Hora do povo.
 - O sangue de Giovani –
 Sua contribuição
 À Independência Total.
 (Santo, 1978, p. 179)

O poema *Giovani* expõe como a brutalidade do colonialismo e a resistência individual se tornam símbolos de uma revolução em busca da independência. Este homem, vítima da opressão colonial, com “o corpo [...] estirado na via pública” é uma representação visível das injustiças sofridas pelo povo santomense. Giovani, assim como muitos outros que foram contra o sistema colonial, se tornou um símbolo para o povo que marcha para a conquista da tão sonhada liberdade, uma vez que o “combatente cuja morte heroica, ao ser narrada, provoca ainda hoje lágrimas abundantes.” (Fanon, 1968, p. 73). Para Espírito Santo (1978),

o tribunal do povo, a história do povo é um cântico de punhos cerrados contra a violência colonial. Os corpos dos homens tombados nos matos da morte não admitirão mais mártires indefesos. De pé, os heróis vivos não admitirão jamais a eliminação dos seus filhos (Santos, 1978, p. 22).

Halbwachs (2006) menciona que a lembrança está intimamente ligada às redes de solidariedade e experiências sociais. Dessa forma, a memória é moldada e reinterpretada pela combinação complexa de elementos sociais, culturais e históricos. A memória nos permite compreender o passado, tanto em termos individuais quanto coletivos. Nossas relações interferem na forma de como recordamos os eventos e as experiências passadas, para servir ao presente e ao futuro. No poema, *Giovani*, um homem que faleceu lutando pela liberdade, faz alusão todos que outros que perderam suas vidas devido à brutalidade colonial.

O eu poético relaciona os sons produzidos ao disparar a arma, utilizada para matar *Giovani*, com o relógio da revolução, que badala ao meio-dia, anunciando a luta contra o colonialismo, enquanto os tiros que mataram *Giovani* representam que seu falecimento não é apenas uma tragédia isolada, mas um momento que reflete o sofrimento coletivo da população santomense. Para Fanon (1968),

o trabalho do colono é tornar impossíveis até os sonhos de liberdade do colonizado. O trabalho do colonizado consiste em imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono. [...] A mobilização das massas, quando se efetua por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum de destino nacional, de história coletiva. [...] Durante o período colonial convidava-se o povo a luta contra a opressão (Fanon, 1968, p. 73).

Em *Giovani*, este conflito entre o colonizador e o colonizado é evidente. Ao expor a luta contra o colonialismo, o poema desperta reações emocionais e instiga o leitor a refletir sobre as injustiças do colonialismo e, ao mesmo tempo, mobiliza o povo na busca pela independência. Fanon (1968) explica que o colonialismo é, além de uma forma de exploração econômica, uma estrutura política que oprime de forma psicológica e física os colonizados, prejudicando sua identidade como um povo. Para Fanon (1968),

o homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar esperança. Mas para garantir a esperança, para lhe dar densidade, é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma no combate nacional. Pode-se falar de tudo, mas quando se decide falar dessa coisa única na vida de um homem, que representa a fato de abrir o horizonte, de levar a luz à sua casa, de pôr em pé o indivíduo e seu povo, então é necessário colaborar muscularmente. (Fanon, 1968, p. 193)

Fanon (1968) sustenta que a responsabilidade intelectual de uma sociedade colonizada não se limita à cultura nacional, mas sim a uma responsabilidade global

em relação à “nação global”, que transcende as fronteiras nacionais e inclui uma compreensão mais ampla das questões sociais, políticas e culturais em todo o mundo. A luta pela cultura nacional está intimamente relacionada à luta pela libertação da nação colonizada. Em outras palavras, ao lutar pela cultura nacional, está-se, na verdade, lutando pela liberdade política e econômica do país colonizado, sendo a base material necessária para o desenvolvimento da cultura.

Além disso, Fanon (1968) explica que não há uma distinção clara entre o combate cultural e o combate popular. Ou seja, a preservação e o fortalecimento da cultura nacional estão ligados à luta mais ampla pela emancipação social, econômica e política do povo colonizado. Sendo assim, o homem de cultura colonizada deve escolher o nível de sua luta com base na compreensão da interconexão entre cultura, nacionalismo e libertação.

Diante disso, temos o poema *Compromisso*:

COMPROMISSO

Irmão, o compromisso da vida
 Pela luta do povo pelo povo
 É aurora de responsabilidade
 Contra o universo colonial em pânico,
 Traçando todas as manobras
 Pela perenidade estável da dominação.
 A certeza da luta do povo
 É a força dos Resistentes
 No mundo subdesenvolvido.
 A história segue o seu curso irreversível
 E a repressão colonialista
 Instala todos os focos da máquina repressiva
 A deter o povo determinado,
 Pela eliminação sistemática
 Dos elementos válidos.
 A intimidação surge
 desmascarada
 Utilizando os alibis das forças capitalistas
 Do feudalismo
 Em pleno século Vinte, (p. 177)
 No coração da África trucidada
 «Não desistir»
 «Não recuar»
 Palavra de ordem
 Na hora do povo em marcha
 Não consentir
 A dominação do homem
 Pelo homem
 Não consentir
 A vaga da intimidação
 Não recuar uma polegada
 CEDER
 É a morte da vida
 Em marcha

Pela liberdade. (Santo, 1978, p.178)

Compromisso, é um poema baseado na luta contra o colonialismo, onde cada verso é um apelo à resistência. O compromisso significa assumir a responsabilidade e a necessidade de se comprometer com a causa coletiva do povo santomense. O sujeito poético, inicialmente, evoca o povo santomense através do uso do termo *irmão*, colocando todos os cidadãos em situação de igualdade. Dessa forma, “homens, mulheres e crianças, organizados, romperão para sempre as barreiras do medo da escravidão e da escravidão do medo «gritando o fim da solidão da era do silêncio»” (Santo, 1978, p. 23).

O poema apresenta uma imagem de um sistema colonial em pânico, indicando que a resistência do povo é uma ameaça para as estruturas de poder estabelecidas há quinhentos anos. O eu lírico enfatiza que a luta da população é uma força incontrolável e irreversível na história, desafiando a frágil dominação colonial. A repreensão colonialista em São Tomé e Príncipe usa todos os recursos para eliminar todos que representam uma ameaça à ordem estabelecida, como podemos ver nos versos do poema *S. Tomé e Príncipe*, “Caxias e pides encurrelam resistentes/ Para sustar a chama em labaredas/ Ligada à luta aberta na tribuna internacional. / Luta surda, labareda extinta pela potência colonial” (Santos, 1978, p. 29), entretanto, “os corpos dos homens tombados nos matos da morte não admitirão mais mártires indefesos. De pé, os heróis vivos não admitirão jamais a eliminação dos seus filhos” (Santo, 1978, p. 23).

De acordo com Ecléia Bosi (2003),

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, descola estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, 2003, p. 36).

As lembranças de uma pessoa são profundamente influenciadas pelo contexto em que vive, pelas experiências que teve e pelos relacionamentos que construiu ao longo da vida. O local, as tradições e os eventos significativos que testemunham, deixam uma marca indelegável nas memórias do sujeito. As lembranças são narrativas complexas que mostram a interação entre a história pessoal e o ambiente social e cultural de cada indivíduo. A memória tem como função preservar a identidade de povo e promover a resistência e a luta pela justiça e liberdade.

No poema *Compromisso*, “«Não desistir»/ «Não recuar»” surgem como palavras-chave fundamentais, representando a determinação necessária para conduzir a população santomense. O texto poético enfatiza a recusa em aceitar a dominação, evidenciando a luta ativa contra a exploração. Cada verso é uma convocação para resistir e prosseguir na incessante busca pela liberdade, autonomia e justiça. Dessa forma, “um povo em marcha que avança na Reconstrução Nacional construindo com as suas próprias mãos uma sociedade nova, liberta da exploração do homem pelo homem” (Santo, 1978, p. 23).

Alda Espírito Santo, desempenha um papel relevante na literatura e na história de São Tomé e Príncipe. Suas palavras representam uma homenagem à dignidade de seu povo e uma denúncia das injustiças sofridas sob o regime colonial. O martírio coletivo dos santomenses sob a dominação colonial, uniu a comunidade e alimentou o desejo de justiça e liberdade.

A poeta, não se limita a preservar a memória da luta do seu povo, mas se posiciona como uma voz na busca pela justiça e pelo reconhecimento da história de sua pátria. Essas Memórias dolorosas se tornaram combustível para a conquista da independência, marcando o início de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma, a literatura transcende a arte, tornando-se em um agente que molda e sendo moldada pela sociedade, pela história, pela busca da verdade oculta no colonialismo. Alda Espírito Santo, através de seus poemas, nos apresenta as vozes dos excluídos, a história dos oprimidos e a promessa de um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após cinco séculos de um violento sistema colonial que segregou e deixou marcas históricas irreversíveis em São Tomé e Príncipe, sobrou para a maioria dos cidadãos santomenses foi o sofrimento e a miséria. No entanto, todos esses fatos inspiraram os poetas, que usufruíram essas aflições como fonte de inspiração para a composição de suas obras.

Alda Espírito Santo é uma figura importante para São Tomé e Príncipe. Mesmo sendo parte da elite do país, ela enfrentou desafios ao estudar em Portugal, incluindo preconceito e racismo enquanto estava longe de sua terra natal. Durante esse período, ela compreendeu a importância do Crioulo, sua língua materna, no entanto, ela utilizou um idioma emprestado para que sua mensagem pudesse alcançar um público mais amplo. Isso se deve ao fato de que a luta pela independência acontecia apenas em sua nação, mas em todos os países africanos que lutaram contra o colonialismo.

Segundo Paz (1982),

a poesia vive nas camadas mais profundas do ser, ao passo que as ideologias e tudo o que chamamos de ideias e opiniões constituem os estratos mais superficiais da consciência. O poema se nutre da linguagem viva de uma comunidade, de seus mitos, seus sonhos e suas paixões, isto é, sua tendência é mais secreta e poderosa. O poema constrói o povo porque o poeta retoma a corrente da linguagem bebe na fonte original no poema a sociedade se depara com os fundamentos de seu ser como suas palavras primeiras. [...] Ao proferir essas palavras originais, o homem se criou o poema é a mediação entre a sociedade e aquele que afunda. [...] O poema nos revela o que somos e nos convida a ser o que somos (Paz, 1982, p. 50).

Nos poemas de Alda Espírito Santo, é evidente a presença de um sujeito revolucionário, constantemente buscando se comunicar com aqueles que estavam desprovidos de direitos básicos, incluindo mulheres, crianças e homens que, na luta pela independência, morriam como se fossem animais em uma caçada. Alda também descreve as belezas naturais encontradas por todas as ilhas, destacando o contraste entre a beleza do ambiente e a violência resultante das revoltas. Seus poemas refletem a busca por uma identidade para seu povo.

Neste sentido, ao analisarmos a obra *É nosso o solo sagrado da terra*, de Alda Espírito Santo, percebemos a relevância para os estudos memorialísticos ao vislumbrarmos a escritas poéticas marcadas pelas aflições causadas pelo colosso colonial que perpetuou por quinhentos anos. Alda visa resgatar a história que foi

‘apagada’ por influência política e, assim, torná-las públicas, principalmente aquele fato que aconteceu em 03 de fevereiro de 1953, o estopim que determinou a luta pela liberdade das amarras de Portugal.

A memória atua como agente articuladores entre a história de São Tomé e Príncipe e o silêncio ocasionado pela opressão colonial. A memória serve como forma de não esquecer os traumas do passado colonial e, de certa forma, manter viva histórias “apagadas” e eternizar as conquistas do povo santomense. Entender como a literatura desempenhou um papel importante na preservação e na transmissão dessa memória ‘subterrânea’, assim podemos entender que a obra *É nosso o solo sagrado da terra* serve como documento valioso da história e cultura santomense.

A capacidade da literatura de retratar a realidade permite que os leitores se envolvam com os temas e conflitos apresentados na obra *É nosso o solo sagrado da terra* (1978), proporcionando uma reflexão sobre as questões sociais, históricas e culturais de São Tomé e Príncipe. Ao registrar suas angústias particulares e a barbárie ocasionadas pelo colonialismo, Alda Espírito Santo, chama atenção para problemas que afetam não só a seu povo, mas todos os países africanos que sofriam com o domínio português.

Alguns poemas escolhidos para fazer a compor este estudo, como *Avó Mariana*, retratam a vida dos serviçais/contratados de Angola e Moçambique que deixaram a sua terra natal em busca de melhores condições. No entanto, devido à ambição dos patrões, proprietários de roças de cacau e café, essas pessoas viviam em péssimas condições, com longas jornadas de trabalho e eram mantidas em condições precárias.

Alda Espírito Santo é, de fato, uma figura de grande prestígio em São Tomé e Príncipe. Ela desempenhou um papel ativo na revolta contra o domínio colonial, tanto por meio de seus poemas como pelo ensino, contribuindo para que seus alunos se libertassem das ideologias coloniais portuguesas e se envolvessem na luta pela independência. Sua contribuição para a cultura e a história do país é inestimável.

Assim, esta dissertação visou não apenas analisar uma obra literária, mas também lançar luz sobre o papel da escrita, da memória e da poesia na luta pela justiça social e pelo resgate da história de um povo oprimido. Alda nos lembra que a escrita é, sem dúvida, uma ferramenta poderosa para preservar memórias, desafiar injustiças e inspirar mudanças significativas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Associação Casa dos Estudantes do Império. Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império, 1951-1963: **Angola, S. Tomé e Príncipe. Lisboa: ACEI, 1994.**

BRIK, O. Ritmo e Sintaxe. In: **TOLEDO, Dionísio Oliveira de (Org.).** Teoria da Literatura: **formalistas russos. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1973**

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUTI. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

CORTEZ, Clarice Zamonaro; RODRIGUES, Milton Hermes. **Operadores de Leitura da Poesia.** In: **BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.).** **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas.** Maringá: Eduem, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSI, Alfredo. **O Ser e o tempo na Poesia.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1977.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória.** Trad. de Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHIKLOVSKI, V. **A arte como procedimento.** In: **TOLEDO, Dionísio Oliveira de (Org.).** **Teoria da Literatura: formalistas russos. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1973.**

CRIPPA, Clariane; LARANJEIRA, Pires. **Alda Espírito Santo: negritudista, pró-feminina e descolonizada.** In: **Trajectórias Culturais e Literárias da Ilhas do Equador: estudos sobre São Tomé e Príncipe.** MATA, Inocência; SILVA, Agnaldo Rodrigues da (org). Campinas: Pontes Editores, 2018.

ELIOT, T. S. De Poesia e Poetas. Trad. Ivan Junqueira. São Paulo : Editora brasiliense, 1991.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Manoel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.** Portugal: Biblioteca Breve, 1977.

FRAGA, Luís Alves de. **São Tomé e Príncipe: ilhas de sofrimento e fortuna - súpula histórica.** Lisboa: Apenas Livro, 2006.

FENSKE, Elfi Kürten. **Alda Espírito Santo - poeta do meio do mundo.** Templo Cultural Delfos, setembro/2021. Disponível no link:

<https://www.elfikurten.com.br/2015/07/alda-espirito-santo.html> (acessado em 10/02/2023).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. Centauro, 2006.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (org.). **A poesia e a vida**: homenagem a Alda Espírito Santo. Lisboa: Colibri, 2006.

MATA, Inocência. **Emergência e existência de uma literatura**: o caso Santomense. Linda-a-Velha: Editora Alac – África, Literatura, Arte e Cultura, 1993.

MATA, Inocência. **Diálogo com as Ilhas**: sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe Lisboa: Colibri, 1998.

MOISÉS, Carlos Felipe, **Poesia para quê?** A função social da poesia e do poeta. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente Sil. C.E.I. **Celeiro do sonho**: geração da mensagem. 2001. 365 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Universidade do Minho, Braga – Portugal, 2001.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Título original: *El arco y la Lira*. Tradução: Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 1982.

PIERRON, Jean-Philippe. **Transmissão**: uma filosofia do testemunho. São Paulo: Loyola, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Trad. Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SANTO, Alda Espírito. **É nosso o solo sagrado da terra**: POESIA de protesto e luta. São Tomé e Príncipe: Ulmeiro, 1978.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad Rosa freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHLEGEL, Friedrich. **Conversa sobre a poesia e outros fragmentos**. Trad. Victor-Pierre Stirnimann. São Paulo: Iluminuras, 1994.

SILVA, Cristiano Augusto da. **Poesia de resistência, poesia engajada, poesia de testemunho**. In: **Poesia &...: teoria e prática do texto poético**. ALVES, Ida; SIQUEIRA, Joelma Santana; FIUZA, Solange (org). Goiânia: CegrafUFG, 2022.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode um subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. **Três Vozes Guerreiras Femininas de São Tomé e Príncipe:** D. Alda, Manuela Margarido, Conceição Lima. In: **Trajectórias Culturais e Literárias da Ilhas do Equador:** estudos sobre São Tomé e Príncipe. MATA, Inocência; SILVA, Agnaldo Rodrigues da (org). Campinas: Pontes Editores, 2018.

SEIBERT, Karl Gerhard. **Colonialismo em São Tomé e Príncipe:** hierarquização, classificação e segregação da vida social. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2: 99-120.

Trotsky, Leon. **A Escola Poética Formalista e o Marxismo.** In: TOLEDO, Dionísio Oliveira de (Org.). **Teoria da Literatura – formalistas russos.** 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1973.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução a Poesia Oral.** Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.